

LEI Nº 2047/74**INSTITUI O CÓDIGO DE POSTURAS DO MUNICÍPIO DE
BLUMENAU, REVOGA DISPOSITIVOS DA LEI Nº 37/48 E A
LEI Nº 853/58, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

FELIX CHRISTIANO THEISS, Prefeito Municipal de Blumenau. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**TÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS****Capítulo I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

Art. 1º Este Código contém medidas de policia administrativa a cargo do Município em matéria de higiene, de segurança, ordem e costumes públicos, institui normas disciplinadoras do funcionamento dos estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços, estatui as necessárias relações jurídicas entre o Poder Público e os Municípes, visando a disciplinar o uso e gozo dos direitos individuais e do bem estar geral.

Art. 2º Todas as funções referentes à execução deste Código, bem como à aplicação das sanções nele previstas, serão exercidas por órgãos da Prefeitura cuja competência para tanto estiver definida em leis, regulamentos e regimentos.

Art. 3º Os casos omissos ou as dúvidas suscitadas serão resolvidas pelo Prefeito, considerados os despachos dos dirigentes dos órgãos administrativos da Prefeitura.

**Capítulo II
DAS INFRAÇÕES E DAS PENAS ([VIDE LEI Nº 3852/1991](#))**

Art. 4º Constitui infração toda ação ou omissão contrária às disposições deste Código ou de outras leis, decretos, resoluções ou atos baixados pelo Governo Municipal no uso do seu poder de policia.

Art. 5º Será considerado infrator todo aquele que cometer, mandar, constranger ou auxiliar alguém a

praticar infração e, ainda, os encarregados da execução das leis que, tendo conhecimento da infração deixarem de autuar o infrator.

Art. 6º A pena, além de impor a obrigação de fazer ou desfazer, será pecuniária e consistirá em multa, observados os limites máximos estabelecidos neste Código.

Art. 7º A penalidade pecuniária será judicialmente executada se, imposta de forma regular e pelos meios hábeis, o infrator se recusar a satisfazê-la no prazo legal.

§ 1º - A multa não paga no prazo regulamentar será inscrita em dívida ativa.

§ 2º - Os infratores que estiverem em débito de multa não poderão receber quaisquer quantias ou créditos que tiverem com a Prefeitura, participar de licitações, celebrar contratos ou termos de qualquer natureza, ou transacionar a qualquer TÍTULO com a administração Municipal.

Art. 8º ~~As multas serão impostas em grau mínimo, médio ou máximo:~~
~~Parágrafo Único. Na imposição da multa, e para gradua-la, ter-se-á em vista:~~
~~I - a maior ou menor gravidade da infração;~~
~~II - as suas circunstâncias atenuantes ou agravantes;~~
~~III - os antecedentes do infrator, com relação às disposições deste Código.~~

Art. 8º A pena de multa será disposta em níveis, observados os seguintes valores:

I - Nível 01 - R\$ 100,00 (cem reais);

II - Nível 02 - R\$ 200,00 (duzentos reais);

III - Nível 03 - R\$ 400,00 (quatrocentos reais);

IV - Nível 04 - R\$ 600,00 (seiscentos reais);

V - Nível 05 - R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais).

§ 1º Os valores das multas de que trata este artigo serão atualizados, anualmente, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado no exercício anterior.

2º No caso de extinção do INPC, será adotado outro índice criado por legislação federal e que reflita a perda do poder aquisitivo da moeda. (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 9º Nas reincidências, as multas serão cominadas em dobro.

Parágrafo Único. Reincidente é o que violar preceito deste Código por cuja infração já tiver sido autuado e punido.

Art. 10 - As penalidades a que se refere este Código não isentam o infrator da obrigação de reparar o dano resultante da infração, na forma do art. 159 do Código Civil.

Parágrafo Único. Aplicada a multa, não fica o infrator desobrigado do cumprimento da exigência que a houver determinado.

Art. 11 - Os débitos decorrentes de multas não pagas nos prazos regulamentares serão atualizados, nos seus valores monetários, na base dos coeficientes de correção monetária que estiverem em vigor na data de liquidação das importâncias devidas.

Parágrafo Único. Na atualização dos débitos de multas de que trata este artigo, aplicar-se-á os coeficientes de correção monetária de débitos fiscais, baixados trimestralmente pela Secretaria de Planejamento do Governo Federal.

~~Art. 12 - As multas serão arbitradas pelas autoridades da Prefeitura que tiverem essa competência definida no Regimento Interno, observados os limites mínimos e máximos estabelecidos neste Código:~~

Art. 12 - [Aplicar-se-á: \(Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005\)](#)

~~I - a multa de Nível 01 nas infrações aos arts. 143, 196, 197, 288 e 289; (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

[I - a multa de nível 01 nas infrações aos artigos 143; 157-F; 196; 197; 288 e 289; \(Redação dada pela Lei Complementar nº 1190/2018\)](#)

~~II - a multa de Nível 02 nas infrações aos arts. 51 a 56; 153; 157; 184 a 194; 223 e 224; (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

[II - a multa de Nível 02 nas infrações aos arts. 51 a 56; 153; 184 a 194; 223 e 224; \(Redação dada pela Lei Complementar nº 946/2014\)](#)

~~III - a multa de Nível 03 nas infrações aos arts. 47, 48, 58, 144 a 147, 151, 159, 203, 221, 298, 306 a 315; (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~III - a multa de Nível 03 nas infrações aos artigos 47, 48, 48-A, 58, 144 a 147, 151, 159, 203, 221, 298, 306 a 315; (Redação dada pela Lei Complementar nº 855/2012)~~

~~III - a multa de nível 03 nas infrações aos artigos 47, 48, 48-A, 58, 144 a 147, 151, 157-A, 157-C, 157-E, 203, 221, 298, 306 a 315; (Redação dada pela Lei Complementar nº 1035/2016)~~

[III - a multa de nível 03 nas infrações aos artigos 47; 48; 48-A; 58; 144 a 147; 151; 157-A; 157-E; 157-G; 203; 221; 298; 306 a 315; \(Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1231/2019\)](#)

[IV - a multa de Nível 04 nas infrações aos arts. 49; 57; 60; 62 a 64; 155; 164; 168; 170 a 173; 252; 291 a 293; 317 a 327 e 351; \(Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005\)](#)

~~V - a multa de Nível 05 nas infrações aos arts. 61, 149, 199, 200, 201, 225 a 233 e 296. (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

[V - a multa de Nível 05 nas infrações aos arts. 61; 149; 157; 199 a 201; 225 a 233 e 296. \(Redação dada pela Lei Complementar nº 946/2014\)](#)

Capítulo III DAS PENALIDADES FUNCIONAIS

~~Art. 13 - Serão punidos com multas equivalentes a 3 (três) dias do respectivo vencimento:~~

~~I - os servidores que se negarem a prestar assistência ao munícipe, quando por este solicitada, para esclarecimento das normas consubstanciadas neste Código;~~

~~II - os agentes fiscais que, por negligência ou má fé, lavrarem autos sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidade;~~

~~III - os agentes fiscais que, tendo conhecimento de infração deixarem de autuar o infrator. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 14 -~~ As multas de que trata o art. 13 serão impostas pelo Prefeito, mediante representação do chefe do órgão onde estiver lotado o agente fiscal, e serão devidas depois de transitada em julgado a decisão que as tiver imposto. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Capítulo IV DA APREENSÃO DE BENS

Art. 15 - A apreensão consiste na tomada dos objetos que constituírem prova material de infração aos dispositivos estabelecidos neste Código, lei ou regulamento.

Art. 16 - Nos casos de apreensão, as coisas apreendidas serão recolhidas ao depósito da Prefeitura.

§ 1º - Quando as coisas apreendidas não puderem ser recolhidas ao depósito da Prefeitura, ou quando a apreensão se realizar fora da cidade, poderão ser depositadas em mão de terceiros, se idôneos.

§ 2º - A devolução da coisa apreendida só se fará depois de pagas as multas que tiverem sido aplicadas e de indenizada a Prefeitura das despesas que tiverem sido feitas com a apreensão, o transporte e o depósito.

Art. 17 - No caso de não serem reclamadas e retiradas dentro de 10 (dez) dias, as coisas apreendidas serão vendidas em hasta pública pela Prefeitura.

§ 1º - A importância apurada na venda em hasta pública das coisas apreendidas, será aplicada na indenização das multas e despesas de que trata o artigo anterior e entregue o saldo ao proprietário, que será notificado no prazo de 5 (cinco) dias para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

~~§ 2º - Prescreve em 1 (um) mês o direito de retirar o saldo da coisa vendida em hasta pública, depois desse prazo, ficará ele em depósito para ser distribuído, a critério do Prefeito, a instituições de assistência social.~~

§ 2º - Prescreve em 1 (um) mês o direito de retirar o saldo da coisa vendida em hasta pública, devendo os recursos não retirados serem distribuídos, igualmente, ao Fundo Municipal de Assistência Social e ao Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente. (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)

§ 3º - No caso de material ou mercadoria perecível, o prazo para reclamação ou retirada será de 24 (vinte e quatro) horas.

§ 4º - As mercadorias não retiradas no prazo estabelecido no parágrafo anterior, se próprias para o consumo humano, poderão ser doadas a instituições de assistência social. Caso estejam deterioradas deverão ser inutilizadas.

~~Art. 18 -~~ Da apreensão lavrar-se-á luto que conterá a descrição das coisas apreendidas e a indicação do lugar onde ficarem depositadas.

Art. 18 Da apreensão lavrar-se-á auto que conterá a descrição das coisas aprendidas e a indicação do lugar onde ficarão depositadas. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1034/2016)

Capítulo V
DA RESPONSABILIDADE PELAS PENAS

Art. 19 - Não são diretamente passíveis de aplicação das penas definidas neste Código:

I - os incapazes na forma de lei;

II - os que foram coagidos a cometer a infração.

Art. 20 - Sempre que a infração for praticada por qualquer dos agentes a que se refere o artigo anterior a pena recairá:

I - sobre os pais, tutores ou pessoa em cuja guarda estiver o menor;

II - sobre o curador ou pessoa sob cuja guarda estiver o indivíduo;

III - sobre aquele que der causa à contravenção forçada.

Art. 21 - Quando o infrator incorrer simultaneamente em mais de uma penalidade constante de diferentes dispositivos legais, aplicar-se-á a pena maior aumentada de 2/3 (dois terços).

TÍTULO II
DO PROCESSO DE EXECUÇÃO DAS PENALIDADES

Capítulo I
DA NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR

Art. 22 - Verificando-se infração a este Código, lei ou regulamento de posturas, será expedida contra o infrator notificação preliminar para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, regularize a situação.

§ 1º O prazo para regularização da situação será arbitrado pelo agente fiscal, no ato da notificação respeitado o prazo limite fixado neste artigo. (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº [1146/2017](#))

§ 2º Nas infrações em que se verifique a irregularidade da edificação, total ou parcialmente, deverá constar no auto de infração prazo de 60 (sessenta) dias para que o infrator protocole pedido de regularização, de conformidade com a Lei de Regularização e Compensação Urbanística, sob pena de multa de nível V e demolição do imóvel. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº [1146/2017](#))

Art. 23 - A notificação preliminar será feita em formulário destacado de talonário próprio, no qual ficará cópia a carbono com o "ciente" do notificado, e conterá os seguintes elementos:

I - nome do notificado ou denominação que o identifique;

II - dia, mês, ano, hora e lugar da lavratura da notificação preliminar;

III - prazo para regularizar a situação;

IV - descrição do fato que a motivou e a indicação do dispositivo legal infringido;

V - a multa ou pena a ser aplicada;

VI - assinatura do notificante.

§ 1º - Recusando-se o notificado a dar o "ciente", será tal recusa declarada na notificação preliminar pela autoridade que a lavrar; o fato deverá ser testemunhado por duas pessoas.

§ 2º - Ao infrator dar-se-á cópia da notificação preliminar.

§ 3º - A recusa do recebimento, que será declarada pela autoridade fiscal, não favorece o infrator, nem o prejudica.

Art. 24 - Não caberá notificação preliminar devendo o infrator ser imediatamente autuado:

I - quando pilhado em flagrante;

II - nas infrações capituladas no TÍTULO III Higiene Pública.

Art. 25 - Os infratores analfabetos ou impossibilitados de assinar o documento de fiscalização e os incapazes na forma da lei não estão obrigados a fazê-lo.

Parágrafo Único. O agente fiscal competente indicará o fato no documento de fiscalização.

Art. 26 - Esgotado o prazo de que trata o artigo 22, sem que o infrator tenha regularizado a situação perante a repartição competente, lavrar-se-á auto de infração.

Capítulo II DA REPRESENTAÇÃO

Art. 27 - Quando incompetente para notificar preliminarmente ou para autuar, o agente fiscal deve, e qualquer pessoa do povo pode, representar contra toda ação ou omissão contrária a disposições deste Código ou de outras leis e regulamentos de posturas.

Art. 28 - A representação far-se-á em petição assinada e mencionará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço do seu autor, e será acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração.

Parágrafo Único. Não se admitirá representação feita por quem haja sido sócio, diretor preposto ou empregado do infrator, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenha perdido essa qualidade.

Art. 29 - Recebida a representação, a autoridade competente providenciará imediatamente as diligências para verificar a respectiva veracidade e, conforme couber, notificara preliminarmente o infrator, autuá-lo-á ou arquivará a representação.

Capítulo III DO AUTO DE INFRAÇÃO

Art. 30 - Auto de infração é o instrumento no qual é lavrada a descrição de ocorrências que, por sua natureza, característica e demais aspectos peculiares, denotem ter a pessoa física ou jurídica contra o qual é lavrado, infringido ou tentado infringir dispositivos da legislação de posturas municipais.

Art. 31 - O auto de infração, lavrado com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras, deverá:

I - mencionar o local, dia, mês, ano e hora da lavratura;

II - referir-se ao nome do infrator ou denominação que o identifique e das testemunhas, se houver;

III - descrever o fato que constitui a infração e as circunstâncias pertinentes, indicar o dispositivo legal ou regulamento violado e fazer referência à notificação preliminar que consignou a infração, quando for o caso;

IV - conter a intimação ao infrator para pagar as multas devidas ou apresentar defesa e provas nos prazos previstos;

V - conter a assinatura de quem o lavrou.

§ 1º - As omissões ou incorreções do auto não acarretarão sua nulidade, quando do processo constarem elementos suficientes para a determinação da infração e do infrator.

§ 2º - A assinatura não constitui formalidade essencial à validade do auto, não implica em confissão, nem a recusa agravava a pena.

§ 3º - Se o infrator, ou quem o represente, não puder ou não quiser assinar o auto, far-se-á menção dessa circunstância.

Art. 32 - O auto de infração poderá ser lavrado cumulativamente com o de apreensão, e então conterá também, os elementos deste.

Capítulo IV DA DEFESA

Art. 33 - O infrator terá o prazo de 5 (cinco) dias para apresentar defesa contra a ação dos agentes fiscais, contados da lavratura do auto de infração.

Art. 34 - A defesa far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Art. 35 - A defesa contra a ação dos agentes fiscais terá efeito suspensivo da cobrança de multas ou da aplicação de penalidade.

Capítulo V DA DECISÃO EM PRIMEIRA INSTÂNCIA

Art. 36 - As defesas contra a ação dos agentes fiscais serão decididas pela autoridade julgadora definida como tal pelo Regimento Interno da Prefeitura, que proferirá decisão no prazo de 10 (dez) dias.

§ 1º - Se entender necessário, a autoridade poderá, no prazo deste artigo, a requerimento da parte ou de ofício, dar vista, sucessivamente, ao autuado e ao autuante, ou ao reclamante e ao impugnante, por 5 (cinco) dias a cada um, para alegações finais.

§ 2º - Verificada a hipótese do parágrafo anterior, a autoridade terá novo prazo de 10 (dez) dias, para proferir a decisão.

§ 3º - A autoridade não fica adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas.

Art. 37 - A decisão, redigida com simplicidade e clareza, concluirá pela procedência ou improcedência do auto de infração ou da reclamação, definindo expressamente os seus efeitos, num e noutro caso.

Art. 38 - Não sendo proferida decisão no prazo legal, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário, como se fora procedente o auto de infração ou improcedente a reclamação, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade de primeira instância.

Capítulo VI DO RECURSO

Art. 39 - Da decisão de primeira instância caberá recurso ao Prefeito.

Parágrafo Único. O recurso de que trata este artigo deverá ser interposto no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data de ciência da decisão em primeira instância, pelo autuado, reclamante ou autuante.

Art. 40 - O autuado será notificado da decisão de primeira instância:

I - sempre que possível, pessoalmente, mediante entrega de cópia da decisão proferida, contra recibo;

II - por edital, se desconhecido o domicílio do infrator;

III - por carta, acompanhada de cópia da decisão com aviso de recebimento datado, e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio.

Art. 41 - O recurso far-se-á por petição, facultada a juntada de documentos.

Parágrafo Único. E vedado, em uma só petição, recursos referentes a mais de uma decisão, ainda que versarem sobre o mesmo assunto e alcancem o mesmo autuado ou reclamante, salvo quando proferidas em um único processo.

Art. 42 - Nenhum recurso voluntário interposto pelo autuado será encaminhado, sem o prévio depósito de metade da quantia exigida como pagamento de multa, extinguindo-se o direito do recorrente que não efetuar o depósito no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da ciência da decisão em primeira

instância.

Capítulo VII DA EXECUÇÃO DAS DECISÕES

Art. 43 - As decisões definitivas serão cumpridas:

I - pela notificação ao infrator para, no prazo de 5 (cinco) dias, satisfazer ao pagamento do valor da multa e, em consequência, receber a quantia depositada em garantia;

II - pela notificação ao autuado para vir receber importância recolhida indevidamente como multa;

III - pela notificação ao infrator para vir receber ou, quando for o caso, pagar, no prazo de 5 (cinco) dias, a diferença entre o valor da multa e a importância depositada em garantia;

IV - pela notificação ao infrator para vir receber no prazo de 5 (cinco) dias, o saldo de que trata o § 1º do art. 17 deste Código;

V - pela liberação das coisas apreendidas;

VI - pela imediata inscrição, como dívida ativa, e remessa de certidão à cobrança executiva dos débitos a que se referem os números I e III.

TÍTULO III DA HIGIENE PÚBLICA

Capítulo I DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 44 - É dever da Prefeitura de Blumenau zelar pela higiene pública em todo o território do Município, de acordo com as disposições deste Código e as normas estabelecidas pelo Estado e pela União.

Art. 45 - A fiscalização das condições de higiene objetiva proteger a saúde da comunidade e compreende basicamente:

I - higiene das vias públicas;

II - higiene das habitações;

~~III - controle da água e do sistema de eliminação de dejetos;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~IV - controle da poluição ambiental;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

V - higiene dos estabelecimentos comerciais;

VI - controle do lixo;

~~VII - higiene dos hospitais, casa de saúde e maternidades;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~VIII - higiene das piscinas de natação;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~IX - limpeza e desobstrução dos cursos de água e das valas;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~§ 1º Nos restaurantes, pizzarias, lanchonetes, bares, churrascarias, cantinas, lojas de conveniências e estabelecimentos comerciais semelhantes, instalados no município de Blumenau, é obrigatório disponibilizar aos clientes, objeto exclusivo para abertura e corte de sachês de maionese, catchup, mostarda e afins. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 812/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

~~§ 2º Considera-se como objeto exclusivo, na forma do § 1º deste artigo, a tesoura e os cortadores de sachês existentes no mercado e aprovados pela Vigilância Sanitária. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 812/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

~~§ 3º O descumprimento do disposto nos parágrafos 1º e 2º deste artigo sujeitará o estabelecimento comercial infrator ao pagamento de multa, no valor de R\$ 545,00 (quinhentos e quarenta e cinco reais), a ser aplicada em dobro no caso de reincidência. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 812/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

Art. 46 - Em cada inspeção em que for verificada irregularidade, apresentará o agente fiscal um relatório circunstanciado, sugerindo medidas ou solicitando providências a bem da higiene pública.

§ 1º - Os órgãos competentes da Prefeitura tomarão as providências cabíveis no caso, quando o mesmo for da alçada do governo municipal, ou remeterão cópia do relatório às autoridades federais ou estaduais competentes, quando as providências couberem a essas esferas de Governo. (Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 240/1999)

§ 2º - Tratando-se de competência municipal, a Prefeitura Municipal, por administração direta ou através de contrato com particulares, mandará efetuar os serviços necessários, nos casos especificados neste título, cobrando dos proprietários, no limite de sua responsabilidade, o preço público do serviço em dobro, sempre que:

I - julgar necessários para o controle sanitário, a higiene pública e a estética urbana, exauridos os prazos de recurso e estando a dívida de multa inscrita em dívida ativa;

II - o interesse público reclamar, urgentemente, os serviços não efetuados. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 240/1999)

Capítulo II DA HIGIENE DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 47 - Para preservar a estética e a higiene pública é proibido:

I - manter terrenos com vegetação indevida ou água estagnada;

II - consentir no escoamento de águas servidas das residências ou dos estabelecimentos para a rua;

III - conduzir, sem as precauções devidas, quaisquer matérias ou produtos que possam comprometer o asseio das vias públicas;

IV - queimar, mesmo nos quintais, lixo ou quaisquer detritos ou objetos em quantidade capaz de molestar a vizinhança e produzir odor ou fumaça nociva à saúde;

V - aterrar vias públicas, quintais e terrenos baldios com lixo, materiais velhos ou quaisquer detritos;

VI - fazer varredura de lixo do interior das residências, estabelecimentos, terrenos ou veículos para as vias públicas;

VII - lavar veículos nas vias ou logradouros públicos;

~~VIII - abrir engradados ou caixas nas vias públicas;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)

~~IX - conduzir doentes portadores de moléstia infecto-contagiosa ou repugnante pelas vias públicas, salvo com as necessárias precauções de higiene e para fins de tratamento e internação;~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

X - sacudir ou bater tapetes, capachos ou quaisquer outras peças nas janelas ou portas que dão para as vias públicas;

~~XI - atirar aves ou animais mortos, lixo, detritos, papéis velhos e outras impurezas através da janela, portas e aberturas para as vias públicas;~~

XI - lançar ou atirar aves ou animais mortos, lixo, detritos, papéis, invólucros, ciscos, pontas de cigarro, gomas de mascar ou quaisquer resíduos sólidos ou líquidos, ainda que biodegradáveis em curto prazo, nas vias públicas, praças, jardins ou quaisquer áreas ou logradouros públicos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 778/2010)

XII - colocar nas janelas das habitações ou estabelecimentos, vasos e outros objetos que possam cair nas vias públicas;

XIII - reformar, pintar ou consertar veículos nas vias públicas;

XIV - derramar óleo graxa, cal e outros corpos capazes de afetar a estética e a higiene das vias públicas.

XV - jogar entulhos provenientes de demolições ou construções térreas, sobrados ou edifícios sem que os mesmos estejam convenientemente umedecidos.

XVI - Despejar entulhos provenientes de demolições ou construções de sobrados ou edifícios, mediante o uso de pás, sendo obrigatório o emprego de canaletas, totalmente fechadas, devendo ainda, a abertura receptora (devidamente protegida em forma de quebra-luz) estar na altura do pavimento a ser limpo, assim como a abertura de descarga deve estar distanciada, no máximo, a uma altura de 50 cm. (cinquenta centímetros) do centro do solo da carroceria do veículo a receber os citados materiais.

~~XVII - deixar os condutores de animais em vias e espaços públicos de recolher os resíduos fecais deixados pelos mesmos.~~ (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 769/2010)

XVII - equipar os passeios ou logradouros públicos com banheiros químicos, sem as correspondentes instalações de pias ou lavabos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 801/2011)

XVIII - transportar areias, pedras, terras e entulhos em caminhões, cujas caçambas não estejam devidamente cobertas com lonas ou similares de forma a impedir que a carga seja arremessada, mesmo que parcialmente, sobre a pista de rolamento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 817/2011)

XVIII - deixar vaziar água de aparelho de ar condicionado sobre o passeio público. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1092/2017)

§ 1º - Nos casos previstos no inciso V, o proprietário poderá requerer à Administração Municipal, autorização para que o terreno seja utilizado como local de aterro público, que poderá ou não ser deferido, dependendo da peculiaridade do imóvel e dos estudos elaborados pelo IPPUB - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Blumenau. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 240/1999)

~~§ 2º - No caso de deferimento do pedido de que trata o inciso anterior, o responsável deverá providenciar a colocação de placa indicativa no terreno, informando a finalidade da autorização. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 240/1999)~~

§ 2º No caso de deferimento do pedido de que trata o § 1º, o responsável deverá providenciar a colocação de placa indicativa no terreno informando a finalidade da autorização. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1124/2017)

§ 3º A limpeza da vegetação dos terrenos deve obedecer a altura de roçada de, no máximo, 30cm (trinta centímetros), preservadas as espécies nativas na forma da lei. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 329/2001)

~~§ 4º Os proprietários dos terrenos serão notificados para a limpeza da vegetação em 30 (trinta) dias, e o descumprimento importa na aplicação da multa prevista no artigo 50 desta Lei. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 329/2001)~~

§ 4º Os proprietários dos terrenos serão notificados para limpeza da vegetação em 30 (trinta) dias, e o descumprimento da notificação importará na aplicação da multa de Nível 02. (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~§ 5º O Poder Público fará a limpeza compulsória dos terrenos nos casos de descumprimento da notificação e o valor da despesa será cobrado no carnê do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana do exercício financeiro seguinte. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 329/2001)~~

§ 5º Fica o Poder Executivo autorizado a realizar a limpeza compulsória dos terrenos nos casos de descumprimento da notificação e o valor da despesa deverá ser recolhido pelo proprietário ou possuidor a qualquer título do imóvel junto à Secretaria Municipal de Conservação e Manutenção Urbana - SEURB, sob pena de inscrição em dívida ativa. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1128/2017)

§ 6º - Compete ao Poder Público receber e apurar as denúncias da comunidade em geral, referentes à vegetação indevida dos terrenos, aplicando a devida sanção, sendo que, os agentes públicos municipais competentes responderão, solidariamente com a Municipalidade, pelos danos materiais, pessoais e morais das eventuais vítimas da omissão do Poder Público. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 329/2001)

~~§ 7º - Para cada conjunto de 04 (quatro) banheiros químicos, a que se refere o inciso XVII deste artigo, corresponderá a instalação de uma pia ou lavabo, às expensas financeiras das empresas que prestam o serviço de locação dos referidos equipamentos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 801/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

~~§ 8º - As pias ou lavabos poderão ser instalados junto ou nas proximidades dos banheiros químicos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 801/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

§ 9º - A limpeza da vegetação, de que tratam os §§ 3º, 4º, 5º e 6º, aplica-se aos proprietários de terrenos urbanos, edificados ou não, lindeiros em logradouros públicos, beneficiados ou não com meio-fio e/ou pavimentação, que são obrigados a mantê-los limpos, capinados e drenados. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1082/2016)

§ 10 - Os proprietários de terrenos de que trata o § 9º respondem, em qualquer situação, pela sua utilização como depósito de lixo, detritos ou resíduos de qualquer natureza. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1082/2016)

§ 11 - Caracterizam-se como situações de mau estado de conservação e limpeza, os terrenos que:

I - possuem ervas daninhas, matos, inço ou conjunto de plantas nocivas ao meio urbano, que devem ser limpas conforme o disposto no § 3º;

II - estejam acumulando resíduos sólidos, assim classificados segundo NBR 10004/2004 da ABNT:

- a) Classe II B - inertes, sem autorização específica;
- b) Classe II A - não inertes;
- c) Classe I - resíduos perigosos;

III - acumulam água empoçada. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1082/2016)

§ 12 - Para efeitos de limpeza da vegetação, será considerado reincidente o proprietário do terreno em que for constatada nova infração no período de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da autuação da primeira infração. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1082/2016)

§ 13 Em razão da necessidade de limpeza da vegetação de terrenos baldios, pelo proprietário ou possuidor, será lavrado auto de infração, com clareza, sem omissões e abreviaturas, sem entrelinhas ou rasuras não ressalvadas, constando obrigatoriamente:

I - a menção do local, data e hora da lavratura;

II - a qualificação do infrator ou infratores e, se existirem, das testemunhas presenciais e denunciantes;

III - a localização do imóvel e a descrição do fato e dos elementos que caracterizam a infração;

IV - o dispositivo legal infringido e a penalidade aplicável;

V - a intimação do Autuado;

VI - a assinatura, o nome legível e o cargo da autoridade fiscal que constatou a infração e lavrou o termo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1124/2017)

§ 14 Havendo denúncia escrita a respeito da infração, de que trata o § 13, será anexada ao procedimento fiscal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1124/2017)

§ 15 A decisão definitiva que impuser ao Autuado a pena de multa ou dele exigir o ressarcimento de despesa na forma desta lei, deverá ser cumprida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da respectiva intimação, sob pena de inscrição do débito em Dívida Ativa e sua cobrança judicial. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1124/2017)

§ 16 VETADO. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1124/2017)

§ 17 O infrator, condenado no processo administrativo, não poderá opor qualquer resistência à execução dos serviços referidos no § 16, no respectivo terreno, por parte da Prefeitura Municipal, na forma do § 5º, sob pena de ser requerida autorização judicial. (Redação acrescida pela Lei nº 1124/2017)

§ 19 O valor da despesa a que se refere o § 5º deste artigo será obtido mediante a multiplicação da área objeto de intervenção pelo custo do metro quadrado contratado pelo Poder Executivo junto ao prestador para a execução do serviço. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1128/2017)

Art. 48 - A limpeza do passeio e sarjetas fronteiriços às residências ou estabelecimentos serão de responsabilidade dos seus ocupantes.

§ 1º - A lavagem ou varredura do passeio e sarjetas deverá ser efetuada em hora conveniente e de pouco trânsito.

§ 2º - É absolutamente proibido em qual quer caso varrer lixo ou detritos sólidos de qualquer natureza para os ralos dos logradouros públicos.

§ 3º - A limpeza do passeio e da sarjeta defronte às casas de shows deve ser realizada ainda no período noturno em que ocorreu o funcionamento e compreende o recolhimento de cacos de vidro, latas e garrafas vazias de bebidas vendidas pelo estabelecimento comercial. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1083/2016)

Art. 48 A - As fachadas dos prédios visíveis de logradouros públicos, quaisquer que sejam os usos neles instalados, deverão ser pintadas ou lavadas, em conformidade com os respectivos revestimentos, no mínimo a cada 5 (cinco) anos, de modo a ostentarem adequadas condições estéticas.

§ 1º Em observância às condições estéticas, os letreiros, toldos, cartazes publicitários, faixas, infláveis, direcionados à publicidade nas fachadas de estabelecimentos comerciais ou industriais em frente dos mesmos, visíveis de logradouros públicos, deverão ser lavados e limpos, no mínimo anualmente.

§ 2º As pinturas, lavações e limpezas dos prédios e dos materiais publicitários, de que trata este artigo, serão de responsabilidade dos proprietários dos imóveis em que estiverem edificados ou fixados. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 855/2012)

Art. 49 - A ninguém é lícito, sob qual quer pretexto, impedir ou dificultar o livre escoamento das águas, pelos canos, valas, em sarjetas ou canais das vias públicas, danificando ou destruindo tais servidões.

~~**Art. 50 -** Na infração de qualquer artigo deste CAPÍTULO, será imposta a multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) a 100% (cem por cento) do salário-mínimo da região. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Capítulo III DA HIGIENE DAS HABITAÇÕES

Art. 51 - As habitações e os estabelecimentos em geral deverão obedecer às normas previstas na legislação urbanística e às aqui estabelecidas.

Art. 52 - O morador é responsável perante as autoridades fiscais pela manutenção da habitação em perfeitas condições de higiene.

Art. 53 - A autoridade competente da Prefeitura limitará o numero de pessoas que os hotéis, as pensões, os internatos e outros estabelecimentos semelhantes destinados à habitação coletiva, poderão abrigar.

Art. 54 - A Prefeitura poderá declarar insalubre toda construção ou habitação que não reúna as condições de higiene indispensáveis, podendo inclusive ordenar sua interdição ou demolição.

Art. 55 - As residências e estabelecimentos, na cidade e na zona rural, deverão ser caiados e pintados de 5 (cinco) em 5 (cinco) anos, no mínimo, salvo exigências especiais das autoridades competentes.

Parágrafo Único. Mesmo sem decorrer o prazo estabelecido neste artigo, as residências e os estabelecimentos que apresentarem mau aspecto deverão ser caiados ou pintados, a juízo da autoridade competente.

Art. 56 - Os proprietários ou moradores são obrigados a conservar em perfeito estado de asseio os seus quintais, pátios, prédios e terrenos.

§ 1º - Os responsáveis por casas e terrenos onde forem encontrados focos ou viveiros de moscas ou mosquitos ficam obrigados á execução das medidas que forem determinadas para a sua extinção.

§ 2º - Os proprietários de terrenos pantanosos são obrigados a drená-los.

Art. 57 - Nas habitações ou estabelecimentos é terminantemente proibido conservar água estagnada nos quintais, pátios ou áreas livres abertas ou fechadas, bem como vegetação que facilite a proliferação de germes e animais transmissores de moléstias.

Parágrafo Único. O escoamento superficial das águas estagnadas, referidas neste artigo, deverá ser feito para ralos, canaletas, galerias, valas ou córregos por meio de declividade apropriada existente nos pisos revestidos ou nos terrenos.

Art. 58 - É vedada a criação de animais para corte no perímetro urbano da cidade.

Parágrafo Único. A proibição contida neste artigo não se aplica quando a criação desses animais se realizar em locais afastados dos centros urbanos, obedecidas as seguintes disposições:

I - os animais deverão permanecer em confinamento:

II - os pisos das instalações deverão ser impermeabilizados;

III - os dejetos provenientes das lavagens das instalações deverão ser canalizados para fossas sépticas exclusivas, vedada a sua condução até as fossas em valas ou em canalizações a céu aberto.

Capítulo IV DO CONTROLE DA ÁGUA E DO SISTEMA DE ELIMINAÇÃO DE DEJETOS

Art. 59 - Compete ao Serviço de Águas e Esgoto o exame periódico das redes e instalações com o objetivo de constatar possível existência de condições que possam prejudicar a saúde da comunidade.

Art. 60 - É obrigatória a ligação de toda construção considerada habitável à rede pública de abastecimento de água e aos coletores públicos de esgotos, sempre que existentes no logradouro onde ela se situa.

§ 1º - Quando não existir rede pública de abastecimento de água ou de coletores de esgotos, o órgão de administração competente indicará as medidas a serem executadas.

§ 2º - Constitui obrigação do proprietário do imóvel a execução de instalações domiciliares adequadas de abastecimento de água potável e de esgoto sanitário, cabendo ao ocupante do imóvel zelar pela necessária conservação.

Art. 61 - É proibido comprometer, por qualquer forma, a limpeza das águas destinadas ao consumo público particular

~~§ 1º Os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços ficam proibidos de descartar óleos e gorduras em geral na rede de esgoto, de água pluvial, no lixo ou nos locais que possam causar impacto ambiental. (Redação acrescida pela Lei nº 734/2009)~~

§ 1º Os estabelecimentos industriais, comerciais e prestadores de serviços e os condomínios ficam proibidos de descartar óleos vegetais, resíduos de óleos e/ou gorduras em geral na rede de esgoto, de água pluvial, no lixo ou nos locais que possam causar impacto ambiental. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1233/2019)

~~§ 2º Os resíduos de óleos e gorduras em geral serão embalados em recipientes próprios, identificados com os dizeres "Resíduo de óleo e/ou gordura em geral", para destinação específica previamente autorizada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA). (Redação acrescida pela Lei nº 734/2009)~~

§ 2º Os óleos vegetais, resíduos de óleos e/ou gorduras em geral serão embalados em recipientes próprios, identificados com os dizeres "Óleo vegetal, resíduo de óleo e/ou gordura em geral", para destinação específica previamente autorizada pela Fundação Municipal do Meio Ambiente (FAEMA), e posteriortransformação e reutilização desse tipo de rejeito. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1233/2019)

~~§ 3º O recolhimento dos resíduos de óleos e gorduras em geral poderá ser realizado por entidades cadastradas na FAEMA, para posterior transformação e reutilização desse tipo de rejeito. (Redação acrescida pela Lei nº 734/2009)~~

§ 3º O recolhimento dos resíduos de óleos e/ou gorduras em geral será realizado por entidades e/ou empresas credenciadas pela FAEMA. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1233/2019)

§ 4º As coifas exaustoras e os depuradores instalados sobre fogões e chapas de frituras, entre outros equipamentos, nas lanchonetes, nos restaurantes e nas cozinhas industriais, entre outros estabelecimentos similares e/ou veículos, deverão possuir filtros ou outro dispositivo para reter os gases, e os resíduos destes provenientes, devendo ser lavados e/ou substituídos regularmente, conforme orientação do fabricante e do Responsável Técnico (RT), observando-se ainda:

I - quando o agente público constatar que o elemento filtrante está saturado ou apresentar irregularidade, poderá, a seu critério, determinar a imediata correção;

II - o elemento filtrante não pode emitir odores desagradáveis que possam causar transtornos aos moradores próximos e/ou cercanias. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1058/2016)

§ 5º Quando da renovação de alvará a entidade e/ou empresa de que trata o § 3º deverá apresentar

relatório quantitativo de recolhimento anual, com informação do volume mensal dos últimos 12 (doze) meses. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1233/2019)

§ 6º As entidades e/ou empresas credenciadas junto à FAEMA deverão estar devidamente licenciadas junto aos órgãos competentes. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1233/2019)

§ 7º A fiscalização do disposto neste artigo cabe aos órgãos competentes. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1233/2019)

§ 8º Os recursos financeiros provenientes da aplicação de multas pelo descumprimento de disposições deste artigo serão destinados ao Fundo Municipal do Meio Ambiente. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1233/2019)

Art. 62 - Todo reservatório de água existente em prédio deverá ter asseguradas as seguintes condições sanitárias:

I - impossibilidade absoluta de acesso ao seu interior de elementos que possam poluir ou contaminar a água;

II - facilidade absoluta de inspeção e limpeza;

III - tampa removível.

Parágrafo Único. É proibida a utilização de barris, tinas, ou recipientes análogos, como reservatórios de água.

~~**Art. 63 -** Nos prédios situados em logradouros providos de rede de abastecimento de água é proibida a abertura e manutenção de poços, salvo em casos especiais mediante autorização do Prefeito Municipal, ouvido o Serviço de Águas e Esgoto e obedecidas as prescrições do Código de Águas.~~

Art. 63 Nos prédios situados em logradouros providos de rede pública de abastecimento de água é proibida a abertura e manutenção de soluções alternativas de abastecimento, salvo em casos especiais devidamente autorizados pelo Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAMAE. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1032/2015)

Art. 64 - Nenhum prédio situado em via pública dotada de rede de abastecimento de água e de esgotos poderá ser habitado sem que esteja ligado às referidas redes.

Art. 65 - O Serviço de Águas e Esgoto fixará e controlará a execução das normas disciplinadoras daquelas atividades bem como, a promoção de medidas destinadas a proteger a saúde e o bem estar da população.

~~Capítulo V~~

~~DO CONTROLE DA POLUIÇÃO AMBIENTAL~~

~~Capítulo V~~

~~DA PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE (REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 2265/1977)~~

(Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 66 - ~~É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: solo, água e ar - causada por substância sólida, líquida, gasosa, ou em qualquer estado de matéria, que direta ou indiretamente:~~

~~I - crie ou possa criar condições nocivas ou ofensivas à saúde, à segurança e ao bem-estar público;~~

~~II - prejudique a fauna e a flora;~~

~~III - contenha óleo, graxa e lixo;~~

~~IV - prejudique o uso do Meio-Ambiente para fins domésticos, agropecuários, recreativos, de piscicultura e para outros fins úteis, ou que afetem a sua estática.~~

Art. 66 - ~~É proibida qualquer alteração das propriedades físicas, químicas ou biológicas do meio ambiente: solo, água e ar - causada por qualquer forma de energia ou de substância sólida, líquida ou gasosa ou combinação de elementos despejados por qualquer atividade doméstica, industrial ou agropastoril, em níveis capazes, direta ou indiretamente, de:~~

~~I - prejudicar a saúde, a segurança e o bem-estar da população;~~

~~II - criar condições adversas às atividades sociais e econômicas;~~

~~III - ocasionar danos relevantes à flora, à fauna e a outros recursos naturais. (Redação dada pela Lei nº 2265/1977) (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 67 - ~~Os esgotos domésticos, ou resíduos líquidos das indústrias, os resíduos sólidos domésticos ou industriais só poderão ser lançados direta ou indiretamente nas águas interiores se estas não se tornarem poluídas, conforme o disposto no art. 66 deste Código. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 68 - ~~As proibições estabelecidas nos arts. 66 e 67 aplicam-se à água superficial ou de subsolo e ao solo de propriedade pública, privada ou de uso comum. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 69 - ~~A Prefeitura desenvolverá ação no sentido de:~~

~~I - adotar medidas corretivas das instalações capazes de poluir o meio ambiente, de acordo com as exigências deste Código~~

~~II - controlar as novas fontes de poluição ambiental;~~

~~III - controlar a poluição através de análise, estudos e levantamentos das características do solo, das águas e do ar.~~

Art. 69 - ~~A Prefeitura, por intermédio da Assessoria Especial de Meio Ambiente, vinculada à Assessoria de Planejamento, desenvolverá ação no sentido de:~~

~~I - desenvolver estudos ecológicos tendo em vista a implantação de condições ótimas para a preservação do meio ambiente no Município;~~

~~II - elaborar o plano de trabalho, a curto e a longo prazo, bem como os seus detalhes, dentro das normas das legislações federal e estadual pertinentes;~~

~~III - realizar o levantamento das condições ambientais do Município, incluindo o cadastro das indústrias capazes de produzir modificações que deteriorem essas condições, bem como identificar as áreas onde já existem problemas de alteração do meio ambiente;~~

~~IV - estudar e propor medidas para atenuar ou corrigir as causas de desequilíbrio nas condições ambientais, tais como a eliminação de despejos industriais "in natura" em cursos de água, poluição atmosférica, agentes biocidas e outros fatores;~~

~~V - promover a elaboração de normas relativas à manutenção, conservação e administração dos recursos naturais renováveis existentes no território municipal;~~

~~VI - propor normas visando ao controle da poluição ambiental em todas as suas formas;~~

~~VII - desenvolver projetos destinados a melhoria das condições ambientais no Município, inclusive a formação de parques, jardins, reservas florestais e verde público, relacionadas com áreas de expansão urbana ou de formação de núcleos urbanos, nas zonas urbana e rural;~~

~~VIII - articular-se com organismos federais, estaduais e municipais para execução coordenada de programas relativos à preservação dos recursos naturais renováveis;~~

~~IX - articular-se com órgãos federais e estaduais com vistas à obtenção de financiamento para programas relacionados com o reflorestamento ou manejo de florestas do Município;~~

X – elaborar normas destinadas a disciplinar as indústrias extrativas que operam no Município, tanto com produtos de origem vegetal como mineral;

XI – orientar campanhas de educação comunitária destinadas a sensibilizar o público e as instituições de atuação no Município para os problemas de preservação do meio ambiente;

XII – promover o treinamento de pessoal para aplicação das normas referentes à preservação do meio ambiente;

XIII – analisar os projetos de novas instalações industriais para exigência de que conste nos projetos os sistemas de tratamento dos resíduos (sólidos, líquidos e gasosos), conforme determinam o Decreto-Lei nº 1413, de 14.08.75 e Decreto nº 76.389 de 03.10.75, da Presidência da República.

Parágrafo Único. A exigência dos sistemas de tratamento é indispensável para fornecimento do competente alvará de funcionamento. (Redação dada pela Lei nº 2265/1977) (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 70 – As autoridades incumbidas da fiscalização ou inspeção, para fins de controle de poluição ambiental, terão livre acesso, a qualquer dia e hora, às instalações industriais, comerciais, agropecuárias, ou outras particulares ou públicas, capazes de poluir o Meio-Ambiente: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 71 – Para a instalação, construção reconstrução, reforma, conversão, ampliação e adaptação de estabelecimentos industriais, agropecuários e de prestação de serviços, é obrigatória a consulta ao órgão competente da Prefeitura sobre a possibilidade de poluição do Meio-Ambiente: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 72 – O Município poderá celebrar convênio com órgãos públicos federais ou estaduais para a execução de tarefas que objetivem o controle da poluição do meio ambiente e dos planos estabelecidos para a sua proteção: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 73 – A Prefeitura poderá, sempre que necessário, contratar especialistas para execução de tarefas que visem à proteção do meio ambiente contra os efeitos da poluição, inclusive a causada por ruídos, conforme disposto no TÍTULO V, CAPÍTULO II, deste Código: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 74 – Na infração de dispositivos deste CAPÍTULO serão aplicadas as seguintes penalidades:

I – multa correspondente ao valor de 10 (dez) a 20 (vinte) por cento do salário mínimo da região, não se admitindo reincidência;

I – multa correspondente ao valor de 50% à 50 vezes do maior salário de referência, aplicada em dobro no caso de reincidência. (Redação dada pela Lei nº 2732/1981)

II – interdição da atividade causadora da poluição:

II – interdição da atividade causadora da poluição, ressalvadas as limitações da legislação federal: (Redação dada pela Lei nº 2732/1981) (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Capítulo VI

DA HIGIENE DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E PRESTADORES DE SERVIÇO

(Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

SEÇÃO 1ª

DISPOSIÇÕES GERAIS (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 75 – Compete à Prefeitura exercer, em colaboração com as autoridades sanitárias do Estado e da União, severa fiscalização sobre a produção e o comércio de gêneros alimentícios em geral e sobre os estabelecimentos prestadores de serviços mencionados neste CAPÍTULO:

Parágrafo Único. Para os efeitos deste Código consideram-se:

I – gêneros alimentícios – todas as substâncias sólidas ou líquidas destinadas a serem ingeridas, excetuados os medicamentos;

II – prestadores de serviço: barbeiros, calistas, manicures, cabeleireiros, maquiadores e atividades congêneres: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 76 – Somente será permitido produzir, transportar, manipular ou expor à venda alimentos que não apresentem sinais de alteração, contaminação ou fraude: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 77 – A inspeção veterinária dos produtos de origem animal obedecerá aos dispositivos da legislação federal, e à municipal no que for cabível:

Parágrafo Único. Estão isentos de inspeção veterinária os animais de abate criados em propriedades rurais e destinados ao consumo doméstico particular dessas propriedades (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 78 – Os produtos rurais considerados impróprios para a alimentação humana poderão ser destinados à alimentação animal, ou a outros fins: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 79 – É proibido dar a consumo carne de animais que não tenham sido abatidos em matadouros sujeitos à fiscalização: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 80 – A todo pessoal que exerce função nos estabelecimentos, cujas atividades são reguladas neste CAPÍTULO, é exigido:

I – exame de saúde, renovado anualmente, incluindo abreuografia dos pulmões e vacinação antivariólica;

II – apresentação aos agentes fiscais de caderneta ou certificado de saúde passado por autoridade sanitária competente: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 81 – O não cumprimento das exigências e numeradas no artigo anterior é considerado infração aos dispositivos deste Código, quaisquer que sejam as alegações apresentadas: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 82 – É vedado às pessoas portadoras de erupções cutâneas exercerem atividades nos estabelecimentos cujas atividades se acham reguladas neste CAPÍTULO: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 83 – Os proprietários ou empregados que, submetidos à inspeção de saúde, apresentarem qualquer doença infecto-contagiosa ou repelente serão afastados do serviço, só retornando após a cura total, devidamente comprovada:

Parágrafo Único. O não afastamento de proprietário ou empregado, na ocorrência do fato mencionado neste artigo, implica em aplicação de multa em grau máximo e na interdição ao estabelecimento nos casos de reincidência ou renitência: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 84 – Independentemente do exame periódico de que trata o artigo 80 deste Código, poderá ser exigida, em qualquer ocasião, inspeção de saúde, desde que se constate sua necessidade: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 85 – É obrigatório o uso de garfos, colheres e de pegadores de aço inoxidável para as pessoas que, nos estabelecimentos de gêneros alimentícios, atendem o público consumidor: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 86 – Os estabelecimentos em geral deverão ser mantidos obrigatoriamente, em rigoroso estado de higiene:

Parágrafo Único. Sempre que se tornar necessário, a juízo da fiscalização municipal, os estabelecimentos industriais e comerciais deverão ser, obrigatoriamente, pintados e reformados: (Revogado pela Lei

Art. 87- ~~A licença para instalação e funcionamento de estabelecimento comercial ou industrial com finalidade de produção, transformação, manipulação ou comercialização de gêneros alimentícios, bem como a de estabelecimentos prestadores de serviço mencionados neste CAPÍTULO, independentemente de outras exigências fixadas em leis ou regulamentos, só será concedida se o local destinado à fabricação, manipulação e estocagem e as dependências destinadas ao atendimento do público tiverem as paredes revestidas de material impermeável até a altura mínima de 1,50 m (um metro e cinquenta centímetros): (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 88- ~~Não será permitida a fabricação, exposição ou venda de gêneros alimentícios deteriorados, falsificados, adulterados ou nocivos à saúde:~~

~~§ 1º - Quando se verificar qualquer dos casos proibidos pelo presente artigo, os gêneros serão apreendidos pela fiscalização municipal e removidos para o local destinado à inutilização dos mesmos:~~

~~§ 2º - A inutilização dos gêneros não eximirá o estabelecimento comercial das demais penalidades que possa sofrer em virtude da infração, além de que se dará conhecimento da ocorrência aos órgãos estaduais ou federais para as necessárias providências:~~

~~§ 3º - A reincidência na prática das infrações previstas neste artigo determinará a cassação da licença para o funcionamento do estabelecimento comercial ou industrial: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 89- ~~Toda a água que tenha de servir na manipulação ou preparo de gêneros alimentícios, desde que não provenha do abastecimento público, deve ser comprovadamente pura, sob o ponto-de-vista químico, bacteriológico, obedecidos os padrões de potabilidade estabelecidos no país, no estado natural ou após tratamento: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 90- ~~O gelo destinado ao uso alimentar deverá ser fabricado com água potável isenta de qualquer contaminação: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 91- ~~Não será permitido o emprego de jornais, papéis velhos ou qualquer impresso para embrulhar gêneros alimentícios, desde que estes fiquem em contato com aqueles, exceto, cereais, legumes e frutas: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 92- ~~Os estabelecimentos deverão ser imunizados a juízo das autoridades fiscais:
Parágrafo Único. A obrigatoriedade de imunização de que trata este artigo se tende às casas de divertimentos públicos, asilos, templos religiosos, escolas, hotéis, bares, restaurantes, casas de cômodos e outros que, a juízo da autoridade fiscal, necessitem de tal providência: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 93- ~~Todo o estabelecimento, após a imunização, deverá afixar, em local visível ao público, um comprovante onde conste a data em que foi realizada, reservando-se espaço para o visto das autoridades fiscais: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 94- ~~Os vestiários e os sanitários dos estabelecimentos deverão ser mantidos em rigoroso estado de higiene: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 95- ~~Os vestiários e sanitários devem ser instalados separadamente para cada sexo, não se permitindo que se deposite neles qualquer material estranho às suas finalidades:
Parágrafo Único. É obrigatória a existência de tampa de material lavável nos vasos sanitários, assim como o uso de bactericidas e desinfetantes nos vasos, tampas e mictórios: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 96- ~~É vedada a criação de animais nos estabelecimentos comerciais, industriais ou de prestação de serviços, quer estejam os animais livres ou em cativeiros, excetuados os destinados à vendas, respeitadas~~

~~as disposições deste Código e da legislação federal referente ao assunto: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 97- ~~Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente a 2 (duas) a 4 (quatro) vezes o valor do salário-mínimo da região: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 2ª

Das Leiterias e da Venda de Laticínios em Geral (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 98- ~~As leiterias deverão possuir refrigeradores ou câmaras frigoríficas e os balcões com tampo de aço inoxidável: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 99- ~~As prateleiras devem ser de mármore, aço inoxidável, fórmica ou material equivalente: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 100- ~~O leite deve ser pasteurizado e fornecido em recipientes apropriados:~~

~~§ 1º - É vedada a venda de leite em pipas ou latões providos ou não de medidores próprios:~~

~~§ 2º - A comercialização de leite cru poderá ser autorizada a TÍTULO precário, observado a legislação federal pertinente: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 101- ~~O pessoal deve trabalhar com uniforme apropriado, incluindo gorro, de preferência de cor branca: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 102- ~~Os derivados do leite devem ser mantidos em instalações apropriadas e protegidas da poeira e dos animais: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 103- ~~Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente a 2 (duas) a 4 (quatro) vezes o valor do salário-mínimo da região: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 3ª

Da Higiene dos Produtos Expostos à Venda (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 104- ~~Os produtos que possam ser ingeridos sem cozimento, colocados à venda a retalho, os doces, pães, biscoitos e produtos congêneres, deverão ser expostos em vitrinas ou balcões para isolá-los de impurezas e insetos: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 105- ~~As farinhas deverão ser conservadas, obrigatoriamente, em latas, caixas ou pacotes fechados: Parágrafo Único. As farinhas de mandioca, milho e trigo destinadas à venda ou a consumo no próprio estabelecimento poderão ser conservadas em sacos apropriados desde que colocados em estrados com altura mínima de 30 (trinta) centímetros: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 106- ~~No caso específico de pastelaria, confeitaria ou padaria, o pessoal que serve o público deve pegar doces, frios e outros produtos com colheres ou pegadores apropriados: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 107- ~~Os salames, salsichas e produtos similares serão expostos à venda suspensos em ganchos de metal polido ou estanhado, ou colocados em vitrinas apropriadas, ou acondicionados em embalagens adequadas, observados, rigorosamente, os preceitos de higiene: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 108- ~~As máquinas cortadoras de frios deverão ser mantidas em vitrinas ou cobertas com pano ou plástico de cor branca rigorosamente limpo, quando não em uso: (Revogado pela Lei Complementar nº~~

523/2005)

Art. 109 - Os inseticidas, detergentes, ceras, removedores e congêneres deverão ser armazenados distantes dos produtos destinados à alimentação em geral. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 110 - Em relação às frutas expostas à venda ou destinadas à preparação de "vitaminas", deverão ser observadas as seguintes prescrições:

I - serem colocadas sobre mesas, tabuleiros ou prateleiras rigorosamente limpas;

II - não serem descascadas nem ficarem expostas em fatias;

III - estarem sazoadas;

IV - não estarem deterioradas. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 111 - Em relação às verduras expostas à venda, deverão ser observadas as seguintes prescrições:

I - estarem lavadas;

II - não estarem deterioradas;

III - serem despojadas de suas aderências inúteis, quando forem de fácil decomposição;

IV - quando tiverem de ser consumidas sem cozimento deverão ser dispostas convenientemente em mesas, tabuleiros ou prateleiras rigorosamente limpas.

Parágrafo Único. É vedada a utilização, para qualquer outro fim, dos depósitos de frutas ou de produtos hortigranjeiros. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 112 - Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo da região. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

SEÇÃO 4ª

DA VENDA DE AVES E OVOS (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 113 - As aves destinadas à venda, quando ainda em vida, deverão ser mantidas em gaiolas apropriadas com alimento e água suficientes.

Parágrafo Único. As gaiolas deverão ter fundo móvel para facilitar a sua limpeza, que será feita diariamente. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 114 - Não poderão ser expostas à venda aves consideradas impróprias para o consumo.

Parágrafo Único. Nos casos de infração ao presente artigo as aves serão apreendidas pela fiscalização a fim de serem sacrificadas, não cabendo aos seus proprietários qualquer indenização. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 115 - As aves abatidas deverão ser expostas à venda completamente limpas, livres tanto da plumagem como das vísceras e partes não comestíveis.

Parágrafo Único. As aves a que se refere este artigo deverão ficar, obrigatoriamente, em balcões ou câmaras frigoríficas. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 116 - Os ovos deteriorados deverão ser apreendidos e destruídos pela fiscalização. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 117 - Na infração de qualquer dos artigos desta Seção será imposta a multa correspondente a 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo da região. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

SEÇÃO 5ª

DA HIGIENE DOS AÇOUGUES E DAS PEIXARIAS (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 118~~ - Os açougues e peixarias deverão atender às seguintes condições específicas para a sua instalação e funcionamento:

- ~~I~~ - serem dotados de torneiras e de pias apropriadas;
- ~~II~~ - terem balcões com tampo de aço inoxidável;
- ~~III~~ - terem câmaras frigoríficas ou refrigeradores com capacidade proporcional às suas necessidades;
- ~~IV~~ - utilizar utensílios de manipulação, instrumentos e ferramentas de corte feitos de material inoxidável, bem como mantidos em rigoroso estado de limpeza;
- ~~V~~ - terem luz artificial incandescente ou fluorescente, não sendo permitida, qualquer que seja a finalidade, e existência de lâmpadas coloridas;
- ~~VI~~ - instalar vitrinas, com molduras em aço inoxidável ou metal niquelado onde será exposta a mercadoria à venda. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 119~~ - Nos açougues só poderão entrar carnes provenientes dos matadouros devidamente licenciados, regularmente inspecionadas e carimbadas, e quando conduzidas em veículos apropriados. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 120~~ - Os sebos e outros resíduos de aproveitamento industrial deverão ser, obrigatoriamente, mantidos em recipientes estanques. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 121~~ - Nos açougues e estabelecimentos congêneres é vedado o uso do cepo e do machado. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 122~~ - Nos açougues e nas peixarias não serão permitidos móveis de madeira, sem revestimento impermeável. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 123~~ - Nenhum açougue ou peixaria poderá funcionar em dependência de fabricação de produtos de carne ou de conservas de pescados. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 124~~ - Na sala de talho dos açougues e das peixarias não será permitido a exploração de qualquer outro ramo de negócio diverso da especialidade que lhes corresponde. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 125~~ - Os açougueiros e peixeiros são obrigados a observar as seguintes prescrições de higiene:

- ~~I~~ - manter o estabelecimento em completo estado de asseio e higiene;
- ~~II~~ - usar sempre aventais e gorros brancos. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 126~~ - O serviço de transporte de carne e de peixes para os açougues, peixarias ou estabelecimentos congêneres só poderá ser feito em veículos apropriados, fechados e com dispositivos para ventilação. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 127~~ - Na infração de qualquer artigo desta seção será imposta a multa correspondente ao valor de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo da região.
Parágrafo Único. Havendo reincidência dentro do prazo de 1 (um) ano, cassar-se-á o alvará de licença. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

SEÇÃO 6ª

~~DA HIGIENE DOS HOTÉIS, PENSÕES, RESTAURANTES CASAS DE LANCHES, CAFÉS, PADARIAS CONFEITARIAS E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 128~~ - Os hotéis, pensões, restaurantes, casas de lanches, cafés, padarias, confeitarias e estabelecimentos congêneres deverão observar as seguintes prescrições:

- ~~I~~ - A lavagem de louças e talheres far-se-á em água quente (no mínimo 60°C) ou máquinas de tipo

~~aprovado, não sendo permitida, sob qualquer hipótese, a lavagem em baldes, tonéis ou outros vasilhames;~~

~~II – a higienização da louça e talheres deverá ser feita em esterilizadores ou com produtos químicos adequados;~~

~~III – a louça e os talheres deverão ser guardados em armários com portas, ventilados, não podendo ficar expostos à poeira e insetos;~~

~~IV – os guardanapos e toalhas serão de uso individual;~~

~~V – os alimentos não poderão ficar expostos e deverão ser colocados em balcões envidraçados;~~

~~VI – os açucareiros serão do tipo que permita a retirada fácil do açúcar, não sendo permitidas aderências de açúcar ou de quaisquer outras substâncias;~~

~~VII – as roupas servidas deverão ser guardadas em depósitos apropriados;~~

~~VIII – as mesas deverão possuir tampo impermeável, quando não usadas toalhas;~~

~~IX – as cozinhas, copas e despensas deverão ser conservadas em perfeitas condições de higiene;~~

~~X – a existência de sanitários para ambos os sexos, não sendo permitida entrada comum;~~

~~XI – nos salões de consumação não será permitido o depósito de caixas ou qualquer material estranho às suas finalidades;~~

~~XII – os utensílios de cozinha, os copos, as louças, os talheres, xícaras e pratos devem estar sempre em perfeitas condições de uso. Será apreendido e inutilizado, imediatamente, o material que estiver danificado, lascado ou trincado;~~

~~XIII – os esterilizadores não poderão estar desligados durante o funcionamento do estabelecimento;~~

~~XIV – os copos e louças logo após a sua utilização deverão ser lavados com esponja embebida em detergente ou es puma de sabão;~~

~~XV – deverão ser mantidos escorredores de copos apropriados;~~

~~XVI – os balcões deverão ter tampo impermeável;~~

~~XVII – serem dotados de torneiras e pias apropriadas;~~

~~§ 1º – Não é permitido servir café em copos ou utensílios que não possam ser esterilizados em água fervente, excetuando-se desta proibição os copos confeccionados de material plástico ou papel, que devem ser destruídos após uma única utilização;~~

~~§ 2º – Os estabelecimentos a que se refere o presente artigo serão obrigados a manter seus empregados ou garçons convenientemente uniformizados: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 129 – ~~Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta multa correspondente de 3 (três) a 6 (seis) vezes o valor do salário mínimo da região: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 7ª

DOS SALÕES DE BARBEIRO, CABELEIREIRO E ESTABELECIMENTOS CONGÊNERES (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 130 – ~~Nos salões de barbeiro, cabeleireiro e estabelecimentos congêneres, é obrigatório o uso de toalhas e golas individuais:~~

~~Parágrafo Único. Durante o trabalho, os oficiais ou empregados deverão usar jaleco e rigorosamente limpo: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 131 – ~~As toalhas ou panos que recobrem o encosto da cabeça das cadeiras devem ser usados uma só vez para cada atendimento: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 132 – ~~Os instrumentos de trabalho, logo após a sua utilização, deverão ser mergulhados em solução anti-séptica e lavados em água corrente: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 133 – ~~Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente de 1 (uma) a 2 (duas) vezes o valor do salário mínimo da região: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Capítulo VII~~

~~DA HIGIENE DOS HOSPITAIS, CASAS DE SAÚDE E MATERNIDADES~~

~~(Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 134- ~~Nos hospitais, casas de saúde e maternidades, além das disposições gerais deste Código, que lhes forem aplicáveis é obrigatória:~~

~~I - a existência de depósito para roupa servida;~~

~~II - a existência de uma lavanderia a água quente com instalação completa de esterilização;~~

~~III - a esterilização de louças, talheres e utensílios diversos;~~

~~IV - a desinfecção de colchões, travesseiros e cobertores;~~

~~V - a instalação de necrotério, obedecidos os dispositivos da legislação urbanística;~~

~~VI - a manutenção da cozinha, copa e despensa devidamente asseadas e em condições de completa higiene. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 135- ~~Na infração de quaisquer dispositivos deste CAPÍTULO será imposta multa correspondente de 50% (cinquenta por cento) a 2 (duas) vezes o valor do salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Capítulo VIII~~

~~DA HIGIENE DAS PISCINAS DE NATAÇÃO~~

~~(Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 136- ~~As piscinas de natação deverão obedecer às seguintes prescrições:~~

~~I - todo o freqüentador de piscina é obrigado a banho prévio de chuveiro, com sabão;~~

~~II - no trajeto entre os chuveiros e a piscina será necessária a passagem do banhista por um lava-pés, mantido sempre cheio com água corrente e convenientemente clorada, e situado de modo a reduzir ao mínimo, o espaço a ser percorrido pelo banhista para atingir a piscina após o trânsito pelo lava-pés;~~

~~III - o número máximo permissível de banhistas, utilizando a piscina ao mesmo tempo, não deve exceder de um por 2 m² (dois metros quadrados) de superfície líquida;~~

~~IV - não será permitido aos espectadores o trânsito pelas áreas adjacentes à piscina, que forem reservadas ao banhista;~~

~~V - a limpidez da água deve ser de tal forma que, da borda a uma profundidade de 3 (três) metros, possa ser visto com nitidez o fundo das piscinas;~~

~~VI - o equipamento especial da piscina deverá assegurar perfeita e uniforme circulação, filtração e purificação da água. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 137- ~~A água das piscinas deverá ser tratada com cloro ou seus compostos, devendo-se manter na água, sempre que a piscina estiver em uso, um excesso de cloro livre não inferior a 0,2 e nem superior a 0,5 partes por um milhão.~~

~~§ 1º - Quando o cloro ou seus componentes forem usados com amônia, o teor de cloro residual na água, quando a piscina estiver em uso, não deve ser inferior a 0,6 parte por um milhão.~~

~~§ 2º - As piscinas que receberem continuamente água considerada de boa qualidade e cuja renovação total se realize em tempo inferior a 12 (doze) horas poderão ser dispensadas das exigências de que trata este artigo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 138- ~~Em todas as piscinas é obrigatório o registro diário das operações de tratamento e controle. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 139- ~~Os freqüentadores das piscinas de clubes desportivos deverão ser submetidos a exames médicos, pelo menos uma vez por ano.~~

~~§ 1º - Quando no intervalo entre exames médicos, apresentarem afecções de pele, inflamação dos aparelhos visual, auditivo ou respiratório, poderão ter impedido o seu ingresso na piscina.~~

~~§ 2º - Os clubes e demais entidades que mantêm piscinas públicas são obrigados a dispor de salva-vidas durante todo horário de funcionamento. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 140 - Nenhuma piscina poderá ser usada quando suas águas forem julgadas poluídas pela autoridade sanitária competente. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 141 - Das exigências deste CAPÍTULO, excetuando o disposto no artigo 140, ficam excluídas as piscinas das residências particulares, quando para uso exclusivo de seus proprietários e pessoas de suas relações. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 142 - Na infração de qualquer artigo deste CAPÍTULO será imposta a multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) a 1 (um) salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Capítulo IX DO CONTROLE DO LIXO

Art. 143 - O lixo das habitações será recolhido em coletores apropriados, com a capacidade máxima de 100 (cem) litros, de acordo com as especificações baixadas pelo Chefe de limpeza pública da Prefeitura.

§ 1º - Os recipientes que não atenderem às especificações estabelecidas pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura, deverão ser apreendidos, além das multas que forem impostas.

§ 2º - O lixo deverá ser colocado à porta das residências ou estabelecimentos nos horários pré-determinados pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura.

§ 3º - Nos condomínios edifícios será implantado processo de coleta seletiva solidária dos resíduos sólidos recicláveis descartados pelos condôminos, separados por materiais, na seguinte ordem:

I - papel;

II - plástico;

III - metal;

IV - vidro. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 805/2011)

§ 4º - Na forma do § 3º deste artigo, os resíduos sólidos recicláveis serão recolhidos diariamente, à porta dos condomínios edifícios, preferencialmente pelas cooperativas ou associações de catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 805/2011)

Art. 144 - Não serão considerados como lixo, os resíduos industriais, de oficinas, os restos de materiais de construção os entulhos provenientes de obras ou demolições, os restos de forragens de coqueiras ou estábulos, a terra, folhas, galhos dos jardins e quintais particulares, que não poderão ser lançados nas vias públicas e serão removidos às custas dos respectivos proprietários ou inquilinos.

Parágrafo Único. Os resíduos de que trata o artigo anterior poderão ser recolhidos pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura mediante prévia solicitação do interessado, sendo o recolhimento pago pelo interessado de acordo com as tarifas fixadas pelo Prefeito.

Art. 145 - A ninguém é permitido utilizar o lixo como adubo ou para alimentação de animais.

Art. 146 - Os cadáveres de animais encontrados nas vias públicas serão recolhidos pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura que providenciará a cremação ou enterramento.

Art. 147 - É proibido o despejo, nas vias públicas e terrenos sem edificação, de cadáveres de animais, entulhos, lixo de qualquer origem, quaisquer materiais que possam ocasionar incômodos à população ou prejudicar a estética da cidade.

~~**Art. 148 -** As cinzas e escórias do lixo hospitalar incinerado pelo próprio hospital deverão ser depositadas em coletores apropriados, de propriedade dos interessados, com capacidade e dimensões estabelecidas pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura.~~

~~Parágrafo Único. O lixo de que trata o artigo será recolhido e transportado para o seu destino final pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 149 - Os resíduos industriais deverão ser transportados pelos interessados para local previamente designado pelo órgão de limpeza pública da Prefeitura.

Parágrafo Único. A não observância do prescrito neste artigo, sujeita à pena de grau máximo prevista nesta Seção.

~~**Art. 150 -** Nos prédios destinados a apartamentos ou escritórios é obrigatória a instalação de tubos de queda para coleta de lixo e compartimento para depósito durante 24 (vinte e quatro) horas.~~

~~§ 1º - As instalações de que trata o artigo devem permitir a limpeza e lavagem periódicas, e os tubos de queda devem ser ventilados na parte superior, acima da cobertura do prédio.~~

~~§ 2º - Os tubos de queda não deverão comunicar-se diretamente com as partes de uso comum e devem ser instalados em câmaras apropriadas, a fim de evitar exalações inconvenientes. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 151 - As instalações coletoras e incineradoras de lixo, existentes nas habitações ou estabelecimentos, deverão ser providas de dispositivos adequados à sua limpeza e lavagem segundo os preceitos de higiene.

~~**Art. 152 -** Na infração de dispositivos desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 1 (um) a 3 (três) vezes o salário-mínimo da região. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

TÍTULO IV

DA POLICIA DE COSTUMES, SEGURANÇA E ORDEM PÚBLICA

Capítulo I

DA MORALIDADE PÚBLICA

Art. 153 - É expressamente proibido aos estabelecimentos comerciais, às bancas de jornais e revistas e aos vendedores ambulantes, a exposição ou venda de gravuras, livros revistas ou jornais pornográficos ou obscenos.

Parágrafo Único. A reincidência na infração deste artigo determinará a cassação da licença de funcionamento.

~~**Art. 154 -** Não serão permitidos banhos de rios, riachos, córregos ou lagoas do Município, exceto nos~~

locais designados pela Prefeitura como próprios para banhos ou esportes náuticos. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 155 - Os proprietários de estabelecimentos onde se vendam bebidas alcoólicas serão responsáveis pela manutenção da moralidade e ordem pública em seus estabelecimentos.

~~§ 1º - Os proprietários dos estabelecimentos comerciais e similares que vendem bebidas alcoólicas e propiciem espaço físico para o consumo destas, são obrigados a afixar cartazes no local, às suas expensas financeiras, com dizeres que tenham por finalidade estimular o uso de táxi ou de transporte coletivo como meio de transporte, no caso de ingestão de bebidas alcoólicas pelos clientes. (Redação dada pela Lei Complementar nº 814/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

~~§ 2º - A reincidência na infração deste artigo determinará a cassação de licença para funcionamento. (Parágrafo único transformado em § 2º pela Lei Complementar nº 814/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

Art. 156 - Os proprietários de estabelecimentos que forem processados pela autoridade competente por crime contra a economia popular terão cassadas as licenças para funcionamento.

~~**Art. 157 -** É proibido o pixamento de casas e muros, ou qualquer inscrição indelével em outra qualquer superfície, ressalvados os casos permitidos neste Código:~~

~~**Art. 157 -** É proibida a pichação de imóveis do patrimônio histórico, monumentos, pontes, viadutos, equipamentos públicos, casas, prédios, muros e outros bens imóveis públicos ou privados, sem autorização do administrador público ou do proprietário, ficando os infratores sujeitos à multa, sem prejuízo da indenização das despesas e custas da restauração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 946/2014)~~

~~**Art. 157** É proibida a pichação de imóveis e a colocação de cartazes, folhetos, banners e similares em imóveis do patrimônio histórico, monumentos, pontes, viadutos, equipamentos públicos, casas, prédios, muros e outros bens imóveis públicos ou privados, sem autorização do administrador público ou do proprietário, ficando os infratores sujeitos à multa, sem prejuízo da indenização das despesas e custas da restauração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1105/2017)~~

Art. 157 É proibida a pichação de imóveis e a colocação de cartazes, folhetos, banners e similares em imóveis do patrimônio histórico, monumentos, pontes, viadutos, equipamentos públicos, casas, prédios, muros e outros bens imóveis públicos ou privados, sem autorização do administrador público ou do proprietário, ficando os infratores sujeitos à multa, sem prejuízo da indenização das despesas e custas da restauração ou da obrigação de reparar pessoalmente o dano, que pode consistir em eliminar as marcas da pichação ou pintar integralmente o imóvel atingido pelo ato. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1183/2018)

§ 1º Se o infrator tiver menos de 18 (dezoito) anos de idade, a responsabilidade pelo pagamento da multa e da indenização previstas neste artigo cabe aos seus pais ou responsáveis legais. (Redação dada pela Lei Complementar nº 946/2014)

§ 2º Se o infrator tiver mais de 18 (dezoito) anos de idade, além das cominações previstas neste artigo, fica impedido de participar em concurso público municipal pelo prazo de 2 (dois) anos, contados da data da infração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 946/2014)

§ 3º As penalidades previstas neste artigo não serão aplicadas aos grafiteiros, quando houver a intenção de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com autorização do órgão competente e observância das posturas municipais e das normas editadas pelo

órgão competente, e dos responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico. (Redação dada pela Lei Complementar nº 946/2014)

§ 4º O valor arrecadado com a imposição de multas será destinado ao Fundo de Segurança de Blumenau. (Redação dada pela Lei Complementar nº 946/2014)

§ 5º Para os fins de aplicação deste artigo, considera-se ato de pichação, riscar, desenhar, escrever, borrar, ou, por outro meio, conspurcar edificações públicas ou particulares ou suas respectivas fachadas, equipamentos públicos, monumentos ou coisas tombadas e elementos do mobiliário urbano. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1116/2017)

§ 6º Se o ato de pichação for realizado em monumento ou bem tombado, a multa prevista no art. 12, combinado com o art. 8º, será aplicada em valor triplicado, sem prejuízo do ressarcimento das despesas de restauração dos bens de que trata este parágrafo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1116/2017)

§ 7º Os estabelecimentos que comercializam tintas em embalagens tipo aerossol deverão manter registro que contenha o número da nota fiscal e a identificação do comprador, obrigatoriamente maior de 18 (dezoito) anos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1116/2017)

§ 8º Sempre que solicitados pela fiscalização, os estabelecimentos referidos no § 7º deverão apresentar relação de notas fiscais com a identificação do comprador. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1116/2017)

§ 9º Constituem infrações administrativas punidas com multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), nas situações previstas nos §§ 7º e 8º, ao estabelecimento comercial que:

I - comercializar o produto a menor de 18 (dezoito) anos;

II - não apresentar a relação de notas fiscais lançadas com a identificação do comprador;

III - não manter cadastro atualizado dos adquirentes do produto, com nome, endereço, números da Cédula de Identidade e do CPF, marca e cor da tinta adquirida. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1116/2017)

§ 10 Em caso de reincidência nas infrações previstas no § 9º, a multa será aplicada em dobro, podendo sujeitar o estabelecimento comercial à suspensão parcial ou total das atividades. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1116/2017)

Art. 157-A É proibido o consumo de bebidas alcoólicas nas praças e parques públicos no município de Blumenau.

§ 1º É obrigatória a instalação de placas informando da proibição e da respectiva sanção, previstas nesta lei, nas praças e parques públicos.

§ 2º O agente público fiscalizador do disposto nesta lei deverá recolher as bebidas alcoólicas que estejam sendo consumidas nas praças e parques públicos.

§ 3º São excluídos da proibição de que trata este artigo, os parques e praças usados durante o período de realização da Oktoberfest, nos dias de reuniões de Stammtich e na Festa Oficial de Reveillon da Prefeitura Municipal.

§ 4º É garantida a atividade de estabelecimentos comerciais, legalmente constituídos e com alvará sanitário e de funcionamento, anexos aos parques e praças, para venda e consumo de bebidas alcoólicas

dentro dos limites físicos do estabelecimento. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 725/2009)

~~Art. 157-B – No interior dos estabelecimentos que comercializam bebidas energéticas deverá ser afixado adesivo ou cartaz, em local de acesso público e com letreiro de fácil visualização e leitura, contendo informação no seguinte teor: "o consumo excessivo de bebidas energéticas pode causar dependência, arritmias cardíacas e respiratórias, aceleração e perda de cálcio e magnésio pelo organismo e dores fortes de cabeça.~~

~~Parágrafo Único. Após advertência, através de notificação regular para cumprimento desta lei, a reincidência na infração deste artigo importa na suspensão da licença de funcionamento do estabelecimento comercial por 30 (trinta) dias. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 838/2011) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

Art. 157 D - Os recursos financeiros resultantes da imposição de multas pelo descumprimento ao disposto nos artigos 157-A, 157-C e 157-E desta lei serão recolhidos ao Fundo Municipal para Ações de Políticas Públicas sobre Drogas - FREMAD. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1035/2016)

Art. 157 E - É proibida a disposição, com outros produtos similares, nas prateleiras dos estabelecimentos comerciais, de produtos derivados da cerveja ou com teor alcoólico, sob a forma de sorvete ou outra iguaria culinária, sem distinção e especificação.

§ 1º O responsável pela utilização da prateleira deverá manter, fixado no referido espaço comercial, material de divulgação com a seguinte inscrição: PROIBIDA A VENDA PARA MENORES DE 18 ANOS.

§ 2º Os produtos de que trata este artigo devem ser servidos em recipientes que contenham a inscrição mencionada no § 1º. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1035/2016)

Art. 157-F É obrigatória a divulgação do serviço de Disque Denúncia de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes, nos seguintes estabelecimentos:

I - empresas de comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos;

II - empresas de comércio varejista de doces e guloseimas;

III - empresas de exploração de brinquedos mecânicos e eletrônicos (fliperamas, máquinas eletrônicas e outros);

IV - empresas de serviço de alimentação para eventos e recepções (bufê infantil);

V - parques de diversões e temáticos.

Parágrafo único. A divulgação de que trata este artigo dar-se-á pela fixação de placa informativa com os números de telefone do Disque Denúncia de Pedofilia, em locais de acesso público, de visualização nítida e fácil leitura e que permitam aos usuários dos estabelecimentos a compreensão do seu significado, contendo a seguinte mensagem: ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES SÃO CRIMES. DENUNCIE! DISQUE 100 OU 181. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1190/2018)

Art. 157-G No interior dos estabelecimentos comerciais em que há consumo de narguilé deve ser afixado, ostensivamente, em local visível ao público, cartaz ou equivalente, com caracteres facilmente legíveis, contendo advertência sobre os riscos do seu uso à saúde. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1231/2019)

~~**Art. 158 -** Na infração de qualquer artigo deste CAPÍTULO será imposta a multa correspondente ao valor~~

de 2 (duas) a 5 (cinco) vezes o salário-mínimo da região: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Capítulo II DO SOSSEGO PÚBLICO

SEÇÃO 1ª

DOS RUÍDOS

Art. 159- São expressamente proibidas perturbações do sossego público com ruídos ou sons excessivos e evitáveis, tais como:

I - os de motores de explosão desprovidos de silenciosas, ou adulterados, ou com estes em mau estado de funcionamento;

II - os de veículos com escapamento aberto ou carroceria semi-solta;

III - os de buzinas clarins, campainhas ou quais quer outros aparelhos;

IV - a propaganda realizada com alto-falantes na via pública ou para ela dirigidos, exceto para propaganda política durante a época autorizada pela legislação federal competente;

V - os produzidos por armas de fogo;

VI - os de morteiros, bombas e demais fogos ruidosos;

VII - os de apitos ou silvos de sireias de fábricas ou estabelecimentos outros, por mais de 30 (trinta) segundos ou entre 22 (vinte e duas) horas, e 4:30 horas;

VIII - usar para fins de esporte ou jogos de recreio as vias públicas ou outros logradouros a isso não destinados;

IX - os batuques, congados e outros divertimentos congêneres, sem licença das autoridades;

Parágrafo Único. Excetuam-se das proibições deste artigo:

a) os tímpanos, sinetas ou sirenas dos veículos de assistência, corpo de bombeiros e polícia, quando em serviço;

b) os apitos das rondas e guardas policiais;

c) a propaganda realizada com alto-falante, quando estes forem instalados em viaturas e com as mesmas em movimento, desde que autorizados pelos órgãos competentes, ([Vide Lei Complementar nº 97/1995](#))

d) os sinos de igrejas, conventos ou capelas, desde que sirvam exclusivamente para indicar horas ou para anunciar a realização de atos religiosos, devendo ser evitados os toques antes das 6 (seis) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas, exceto os toques de rebates, por ocasião de incêndios ou inundações;

e) as fanfarras ou bandas de música em procissões cortejos ou desfiles públicos;

f) as máquinas ou aparelhos utilizados em construções ou obras em geral, devidamente licenciados pela Prefeitura, desde que funcionem entre 7 (sete) e 19 (dezenove) horas;

g) as manifestações nos divertimentos públicos, nas reuniões nos clubes desportivos, com horários previamente licenciados. (Revogado pela Lei Complementar nº 655/2007)

Art. 160- Em zonas estritamente residenciais é proibido executar qualquer trabalho ou serviço que produza ruído ou que venha a perturbar a população antes das 6 (seis) horas e depois das 22 (vinte e duas) horas:

§ 1º - Ficam proibidos os ruídos, barulhos, rumores, bem como a produção de sons excepcionalmente permitidos neste artigo, nas proximidades de repartições públicas, escolas, e igrejas em horários de funcionamento:

§ 2º - Na distância mínima de 200m (duzentos metros) de hospitais, casas de saúde e sanatórios, as proibições referidas no parágrafo anterior têm caráter permanente. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 161- As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar, ou pelo menos reduzir ao mínimo, as correntes parasitas, diretas ou induzidas, as oscilações de alta

freqüência, chispas e ruído prejudiciais à rádio-recepção.

~~Parágrafo Único. As máquinas e aparelhos que, a despeito da aplicação de dispositivos especiais, não apresentarem diminuição sensível das perturbações, não poderão funcionar aos domingos e feriados, nem a partir das 18 (dezoito) horas nos dias úteis. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 162 - Na infração de dispositivos desta seção, serão aplicadas as seguintes penalidades:~~

~~I - multa correspondente a 1 (um) salário mínimo;~~

~~II - interdição da atividade causadora do ruído. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 2ª

DOS DIVERTIMENTOS E FESTEJOS PÚBLICOS

Art. 163 - Divertimentos e festejos públicos para efeito deste Código são os que se realizarem nas vias públicas ou em recintos fechados de livre acesso ao público.

Art. 164 - Nenhum divertimento ou festejo pode ocorrer sem autorização prévia da Prefeitura.

§ 1º - O requerimento de licença para funcionamento de qualquer casa de diversão será instruído com a prova de terem sido satisfeitas as exigências regulamentares referentes à construção e higiene do edifício e procedida a vistoria policial.

§ 2º - As exigências do presente artigo não atingem as reuniões de qualquer natureza sem convites ou entradas pagas, realizadas por clubes ou entidades profissionais e beneficentes em suas sedes, bem como as realizadas em residências.

~~§ 3º - Excetuados os dias de feriados, sábados e domingos, ficam proibidos os desfiles de qualquer natureza, nas ruas centrais da cidade, das 11 às 13 horas e das 17 às 19 horas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 144/1997)~~

§ 3º - Excetuados os dias de feriados, sábados e domingos, ficam proibidos os desfiles de qualquer natureza, nas ruas centrais da cidade, das 11 às 13 horas e das 17 às 19 horas, excluído o desfile de abertura da Oktoberfest. (Redação dada pela Lei Complementar nº 153/1997)

~~Art. 165 - Em todas as casas de diversões, circos ou salas de espetáculos, os programas anunciados deverão ser integralmente executados, não podendo existir modificações nos horários.~~

~~§ 1º - No caso de modificação de programa e de horário, o empresário deverá devolver, aos espectadores que assim o preferirem, o preço integral das entradas.~~

~~§ 2º - As disposições do presente artigo e do parágrafo anterior aplicam-se inclusive às competições em que se exija o pagamento de entradas. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 166 - Os bilhetes de entradas não poderão ser vendidos por preço superior ao anunciado, nem em número excedente à lotação do local de diversão. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 167 - Em todas as casas de diversões, circos ou salas de espetáculos deverão ser reservados lugares para as autoridades policiais e municipais encarregadas da fiscalização.

Art. 168 - Não serão fornecidas licenças para realização de diversões ou jogos ruidosos em locais compreendidos em área até um raio de 300 m (trezentos metros) de distância de hospitais, casas de saúde, sanatórios ou maternidades.

Art. 169 - ~~Nos festejos e divertimentos populares de qualquer natureza, nas barracas de comidas e nos balcões de bebidas de qualquer espécie, deverão ser usados copos e pratos de papel, plásticos ou similar, por medida de higiene e bem-estar público.~~

~~Parágrafo Único. Excetuam-se os "festivais de cerveja ou vinho", quando se fizer a venda do caneco de uso pessoal. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 170 - Em todas as casas de diversões públicas serão observadas as seguintes disposições, além das estabelecidas na legislação urbanística;

I - tanto as salas de espera quanto as de espetáculos serão mantidas rigorosamente limpas;

II - as portas e os corredores para o exterior serão amplos e conservar-se-ão sempre livres de grades, móveis ou quaisquer objetos que possam dificultar a retirada rápida do público em caso de emergência;

III - todas as portas de saída serão encimadas pela inscrição "SAÍDA" legível à distância e luminosa, de forma suave, quando se apagarem as luzes da sala, e se abrirão de dentro para fora;

IV - os aparelhos destinados à renovação de ar deverão ser mantidos em perfeito funcionamento;

V - haverá instalações sanitárias independentes para homens e senhoras;

VI - serão tomadas todas as precauções necessárias para evitar incêndios, sendo obrigatória a adoção de extintores de fogo em locais visíveis e de fácil acesso;

VII - possuirão bebedouro automático de água filtrada em perfeito estado de funcionamento;

VIII - durante os espetáculos deverão as portas conservar-se abertas, vedadas apenas com reposteiros e cortinas;

IX - deverão ter suas dependências imunizadas, na periodicidade determinada pelo artigo 92 deste Código;

X - o mobiliário será mantido em perfeito estado de conservação;

~~§ 1º É proibido aos espectadores, sem distinção de sexo, assistir aos espetáculos de chapéu na cabeça ou fumar no local das funções. (Parágrafo Único transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 1013/2015) (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

§ 2º Em qualquer evento onde houver colocação de banheiros químicos é obrigatória a instalação de banheiros adaptados para uso exclusivo de portadores de necessidades especiais. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1013/2013)

§ 3º A quantidade de banheiros adaptados de que trata § 2º deverá ser proporcional à estimativa de público no evento, nunca inferior a 5% (cinco por cento) do total de banheiros químicos colocados à disposição. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1013/2013)

Art. 171 - Nas casas de espetáculo de sessões consecutivas onde não houver exaustores suficientes, deve, entre a saída e a entrada dos espectadores, decorrer lapso de tempo suficiente para o efeito de renovação do ar.

Art. 172 - Para funcionamento de cinemas serão ainda observadas as seguintes disposições:

I - os aparelhos de projeção ficarão em cabinas de fácil saída, construídas de materiais incombustíveis;

~~II - não poderá existir em depósito, no próprio recinto, nem nos compartimentos anexos, maior número de películas que as necessárias para as exhibições do dia; (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

~~III - as películas deverão ficar sempre em estojos metálicos, hermeticamente fechados, não podendo ser abertos por mais tempo que o indispensável para o serviço; (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)~~

IV - deverão ser mantidos extintores de incêndio especiais.

Art. 173 - A armação de circos de pano, parques de diversões, boliches, tobogãs, golfinhos, acampamentos e outros divertimentos semelhantes, só poderá ser permitida em locais determinados pela Prefeitura.

§ 1º - A autorização de funcionamento dos estabelecimentos de que trata este artigo não poderá ser superior a 1 (um) ano.

~~§ 2º - Ao conceder a autorização poderá a Prefeitura estabelecer as restrições que julgar convenientes no sentido de assegurar a ordem e a moralidade dos divertimentos e o sossego da vizinhança. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~§ 3º - A Prefeitura poderá, a seu juízo, renovar a autorização aos estabelecimentos de que trata este artigo, ou obrigá-los a novas restrições ou negar-lhes a renovação pedida. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

§ 4º - Os circos, parques de diversões e acampamentos embora autorizados, só poderão ser franqueados ao público depois de vistoriados em todas as suas instalações pelas autoridades da Prefeitura.

§ 5º - Os parques de diversões deverão obedecer às Normas Técnicas Brasileiras (ABNT). (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 821/2011)

Art. 174 - ~~Para permitir a armação de circos ou barracas em logradouros públicos, poderá a Prefeitura exigir, se o julgar conveniente, um depósito até o máximo de 3 (três) salários-mínimos vigentes na região, como garantia de despesas com a eventual limpeza e reconstrução do logradouro.~~

~~Parágrafo Único. O depósito será restituído integralmente se não houver necessidade de limpeza especial ou reparos; em caso contrário, serão deduzidas dos mesmos as despesas feitas com tal serviço. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 175 - ~~Os circos ou parques de diversões cujo funcionamento for superior a 60 (sessenta) dias, deverão possuir instalações sanitárias independentes para cada sexo, na proporção de dois vasos sanitários para cada 100 (cem) espectadores.~~

~~Parágrafo Único. Na construção das instalações sanitárias a que se refere o presente artigo será permitido o emprego de madeira e outros materiais em placas, devendo o piso receber revestimento liso, resistente e impermeável. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 176 - Para os efeitos deste Código os teatros itinerantes serão comparados aos circos.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas para os circos, a Prefeitura poderá exigir as que julgar necessárias à segurança e ao conforto dos espectadores e artistas.

Art. 177 - ~~Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 2 (duas) a 3 (três) vezes o salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Capítulo III
DA UTILIZAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

SEÇÃO 1ª

DA DEFESA DAS ÁRVORES E DA ARBORIZAÇÃO PÚBLICA

Art. 178 - ~~É expressamente proibido podar, cortar, derrubar, remover ou sacrificar as árvores da arborização pública, sendo estes serviços de atribuição específica da Prefeitura.~~

~~§ 1º - A proibição contida neste artigo é extensiva às concessionárias de serviço público ou de utilidade pública, ressalvados os casos de autorização específica da Prefeitura em cada caso.~~

~~§ 2º - Qualquer árvore ou planta poderá ser considerada imune de corte por motivo de originalidade, idade, localização, beleza, interesse histórico ou condição de porta-sementes, mesmo estando em terreno particular, observadas as disposições do Código Florestal. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 179 - ~~Não será permitida a utilização das árvores de arborização pública para colocar cartazes e anúncios ou afixar cabos e fios, nem para suporte ou apoio e instalações de qualquer natureza ou finalidade. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 180 - ~~Na infração de qualquer artigo desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 20% (vinte por cento) a 50 % (cinquenta por cento) do salário-mínimo.~~

~~Parágrafo Único. Além da aplicação da multa de que trata este artigo, o fato será comunicado à autoridade policial competente para que proceda de acordo com o que dispõe o Código Florestal. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 2ª

DAS CAIXAS DE PAPÉIS USADOS E DOS BANCOS NAS VIAS PÚBLICAS

Art. 181 - ~~As caixas de papéis usados e os bancos nos logradouros públicos só poderão ser instalados depois de aprovados pela Prefeitura e quando apresentarem real interesse para o público e para a cidade e não prejudicarem a estética, nem a circulação.~~

~~Parágrafo Único. É obrigatória a instalação de coletores de papéis usados nas carrocinhas de vendedores de sorvetes e doces embalados. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 182 - ~~O Prefeito poderá, mediante concorrência pública, permitir a instalação de bancos e caixas de papéis usados em que constem publicidade da concessionária. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 183 - ~~Na infração dos artigos desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 3ª

DAS BANCAS DE JORNAIS E REVISTAS

Art. 184 - Consideram-se bancas de jornais e revistas, para os fins do disposto nesta Seção, somente as

instaladas em logradouros públicos.

Art. 185 - A colocação de bancas de jornais e revistas nos logradouros públicos só será permitida se forem satisfeitas as seguintes condições:

- I - serem devidamente licenciadas, após o pagamento das respectivas taxas;
- II - apresentarem bom aspecto estético, obedecendo aos padrões propostos pela Prefeitura;
- III - ocuparem exclusivamente os lugares que lhes forem destinados pela Prefeitura;
- IV - serem localizadas em ponto indicado pela Prefeitura;
- V - possuírem rodas para facilitar a sua remoção;
- VI - serem colocadas de forma a não prejudicar o livre trânsito público nas calçadas.

Art. 186 - As bancas de jornais quanto ao modelo e localização sujeitar-se-ão às seguintes disposições:

- I - obedecerão aos modelos estabelecidos pela Prefeitura;
- II - serão instaladas:
 - a) numa distância mínima de 5 (cinco) metros contados do alinhamento do prédio de esquina mais próximo;
 - b) numa distância mínima de 300 (trezentos) metros de outra banca de jornais e revistas, exceto se localizada em esquina diagonalmente oposta à da localização de outra banca;
- III - não serão localizadas em frente às casas de diversões, hospitais, casas de saúde, paradas de veículos de transporte coletivo, entradas de edifícios residenciais e repartições públicas;

Parágrafo Único. Os modelos das bancas de jornais e revistas serão estabelecidas em regulamento, devendo observar, obrigatoriamente, as características típicas das construções de Blumenau, se localizadas na zona central da cidade e outras de interesse turístico.

Art. 187 - Somente poderão ser vendidos nas bancas de jornais: revistas, almanaques, guias da cidade e de turismo, cartões postais, livros de bolso, bilhetes de loteria, figurinhas, mapas, cupões de concurso e de sorteio, discos com finalidades pedagógicas ou culturais.

Art. 188 - As bancas deverão ser arrumadas de modo a possibilitar a exposição das publicações à venda.

Art. 189 - Os jornaleiros não poderão:

- I - fazer uso de árvores, caixotes, tábuas e toldos para aumentar ou cobrir a banca;
- II - exibir ou depositar as publicações no solo ou em caixotes;
- III - aumentar ou modificar o modelo da banca aprovado pela Prefeitura;
- IV - mudar o local de instalação da banca;

Art. 190 - O pedido de licenciamento da banca de jornais e revistas será acompanhado dos seguintes documentos:

I - atestado de bons antecedentes expedido pela autoridade competente;

II - croqui cotado do local em duas vias;

III - documento de identidade do jornaleiro

Art. 191 - Os requerimentos de licença, firmados pela pessoa interessada e instruídos com os documentos referidos no artigo anterior, serão apresentados ao Departamento de Serviços Urbanos que submeterá os pedidos, depois de informados, ao Secretário de Obras e Serviços Urbanos para despacho final.

Art. 192 - A qualquer tempo poderá ser mudado, por iniciativa da Prefeitura, o local da banca, para atender ao interesse público.

Art. 193 - As licenças para funcionamento das bancas devem ser afixadas em local visível.

Art. 194 - A licença para exploração de banca de jornal em logradouro público é considerada permissão de serviço público.

§ 1º - A cada jornaleiro será concedida uma única licença.

§ 2º - A exploração é exclusiva do permissionário só podendo ser transferida para terceiros, com anuência da Prefeitura, obedecido ao disposto no § 1º, deste artigo.

§ 3º - A inobservância do disposto no § 2º determinará a cassação de permissão.

~~**Art. 195 -** Na infração de dispositivos desta Seção será imposta a multa correspondente ao valor de 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento) do salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 4ª

DA OCUPAÇÃO DAS VIAS PÚBLICAS

Art. 196 - A ocupação de vias com mesas e cadeiras ou outros objetos será permitida quando forem satisfeitos os seguintes requisitos:

I - ocuparem, apenas parte do passeio, correspondente à testada de estabelecimento para o qual foram licenciadas;

II - deixarem livre, para o trânsito público, uma faixa de passeio de largura não inferior a 2 m (dois metros);

III - distarem as mesas no mínimo 1,50m (um metro e cinquenta centímetros) entre si;

Parágrafo Único. O pedido de licença deverá ser acompanhado de uma planta do estabelecimento, indicando a testada, a largura do passeio, o número e disposição das mesas e cadeiras.

Art. 197 - As concessionárias dos serviços de comunicações poderão instalar caixas coletoras de correspondência e telefones nas vias e logradouros públicos desde que seja solicitada à Prefeitura a aprovação dos respectivos modelos e sua localização.

~~Art. 198 -~~ Na infração de dispositivos desta seção será imposta a multa correspondente ao valor de 1 (uma) a 2 (duas) vezes o salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

SEÇÃO 5ª

DOS SERVIÇOS EXECUTADOS NAS VIAS PÚBLICAS

Art. 199 - Nenhum serviço ou obra que exija o levantamento do calçamento ou abertura e escavação no leito das vias públicas poderá ser executado por particulares ou empresas sem prévia licença da Prefeitura.

§ 1º - A recomposição do calçamento será feita pela Prefeitura às expensas dos interessados no serviço.

~~§ 2º - No ato da concessão da licença o interessado depositará o montante necessário a cobrir as despesas.~~

§ 2º - No ato de concessão da licença o interessado deverá oferecer, a título de caução, seguro garantia de execução de serviços ou fiança bancária, no valor necessário a cobrir as despesas, emitidos em favor da Prefeitura Municipal de Blumenau por Companhia Seguradora ou Banco, respectivamente, de idoneidade reconhecida. (Redação dada pela Lei Complementar nº 271/2000)

Art. 200 - A autoridade municipal competente poderá estabelecer horário para a realização dos trabalhos, se estes ocasionarem transtorno ao trânsito de pedestres e de veículos nos horários normais de trabalho.

Art. 201 - As empresas ou particulares autorizadas a fazer aberturas no calçamento ou escavações nas vias públicas são obrigadas a colocar tabuletas indicativas de perigo e de interrupção de trânsito, convenientemente dispostos, além de luzes vermelhas durante a noite.

Parágrafo Único. A autoridade municipal poderá estabelecer outras exigências, quando julgar convenientes à segurança, à salubridade e ao sossego público, quando do licenciamento de obras que se realizem nas vias e logradouros públicos.

~~Art. 202 -~~ Na infração de dispositivos desta Seção será aplicada a multa de 5 (cinco) salários-mínimos em grau mínimo e o embargo da obra em grau máximo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

SEÇÃO 6ª

DOS CORETOS OU PALANQUES

Art. 203 - Para comícios políticos e festividades cívicas, religiosas ou de caráter popular, poderão ser armados coretos ou palanques provisórios nos logradouros públicos, desde que seja solicitada à Prefeitura a aprovação de sua localização no prazo mínimo de 3 (três) dias.

§ 1º - Na localização de coretos ou palanques deverão ser observados, obrigatoriamente, os seguintes requisitos:

I - não perturbarem o trânsito público;

II - serem providos de instalação elétrica quando de utilização noturna;

III - não prejudicarem o calçamento nem o escoamento das águas pluviais, correndo por conta dos responsáveis pelas festividades os estragos por acaso verificados;

IV - serem removidos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do encerramento dos festejos.

§ 2º - Após o prazo estabelecido no item IV do parágrafo anterior, a Prefeitura promoverá a remoção do coreto ou palanque dando ao material o destino que entender e cobrando aos responsáveis as despesas da remoção.

Art. 204 - ~~Na infração de dispositivos desta Seção será imposta multa correspondente ao valor de 1 (uma) a 2 (duas) vezes o salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 7ª

DAS BARRACAS

Art. 205 - Não será concedida licença para localização de barracas para fins comerciais nos passeios e nos leitos dos logradouros públicos.

Parágrafo Único. As prescrições do presente artigo não se aplicam às barracas móveis armadas nas feiras - livres, quando instaladas nos dias e dentro do horário determinados pela Prefeitura.

Art. 206 - Nas festas de caráter publico ou religioso, poderão ser instaladas barracas provisórias para divertimentos, mediante licença da Prefeitura, solicitada pelos interessados no prazo mínimo de 8 (oito) dias.

§ 1º - Na instalação de barracas deverão ser observados os seguintes requisitos:

I - apresentar bom aspecto estático e ter área mínima de 4 m² (quatro metros quadrados);

II - ficarem fora da faixa de rolamento do logradouro público e dos pontos de estacionamento de veículos;

III - ser, quando de prendas, providas de mercadorias para pagamento dos prêmios;

IV - funcionar exclusivamente no horário e no período para a festa para a qual foram licenciadas.

~~V - cumprir o disposto no artigo 303 deste Código. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~§ 2º - Quando as barracas forem destinadas à venda de refrigerantes e alimentos deverão ser obedecidas as disposições deste Código relativas à higiene dos alimentos e mercadorias expostas à venda. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

§ 3º - No caso de o proprietário da barraca modificar o comércio para que foi licenciada ou mudá-la de local, sem prévia autorização da Prefeitura, a mesma será desmontada, independentemente de intimação, não cabendo ao proprietário direito a qualquer indenização por parte da Municipalidade nem a esta qualquer responsabilidade por danos advindos do desmonte.

§ 4º - Nas barracas a que se refere o presente artigo não serão permitidos jogos de azar, sob qualquer pretexto.

Art. 207 - Nos festejos juninos poderão ser instaladas barracas provisórias para venda de fogos de artifícios e outros artigos relativos à época, mediante solicitação de licença á Prefeitura por parte dos interessados.

§ 1º - Na instalação de barracas a que se refere o presente artigo deverão ser observadas as seguintes exigências:

I - terem área mínima de 4 m² (quatro metros quadrados);

II - terem afastamento mínimo de 1,50 m (um metro e meio) de qualquer faixa de rolamento de logradouro público e não serem localizados em ruas de grande trânsito de pedestres;

III - terem afastamento mínimo de 3m (três metros) para qualquer edificação, pontos de estacionamento de veículos ou outra barraca;

IV - não prejudicarem o trânsito de pedestres quando localizadas nos passeios;

V - não serem localizadas em áreas ajardinadas;

VI - serem arrumadas a uma distância mínima de duzentos metros de templos, cinemas, hospitais, casas de saúde e escolas.

§ 2º - As barracas para venda de fogos de artifícios durante os festejos juninos só poderão funcionar durante o período de 1º a 30 de junho.

§ 3º - Nas barracas de que trata o presente artigo, só poderão ser vendidos fogos de artifícios e artigos relativos aos festejos juninos permitidos por lei.

§ 4º - As prescrições do parágrafo 3º do artigo anterior são extensivas ás barracas para a venda de fogos de artifício.

~~**Art. 208 -** Na infração de dispositivos desta seção será imposta multa correspondente ao valor de 50% (cinquenta por cento) a 1 (uma) vez o salário-mínimo: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 8ª

DOS ANÚNCIOS E CARTAZES

~~**Art. 209 -** A afixação de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda, referente a estabelecimentos comerciais, industriais ou profissionais, escritórios, consultórios ou gabinetes, casas de diversões ou qualquer tipo de estabelecimento, depende de licença da Prefeitura, mediante requerimento dos interessados:~~

~~§ 1º - Incluem-se nas exigências do presente artigo os letreiros, painéis, tabuletas, emblemas, placas e avisos:~~

~~§ 2º - As prescrições do presente artigo abrangem os meios de publicidade e propaganda afixados, suspensos ou pintados em paredes, muros, tapumes, ou veículos, bem como pintados em calçadas:~~

~~§ 3º - Ficam compreendidos na obrigatoriedade de do presente artigo os anúncios e letreiros colocados em terrenos ou próprios de domínio privado e que forem visíveis dos logradouros públicos:~~

~~§ 4º - Depende ainda de licença da Prefeitura a distribuição de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda escrita:~~

~~**Art. 210 -** os pedidos de licença à Prefeitura, para colocação, pintura ou distribuição de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda deverão mencionar;~~

I – o local em que serão colocados, pintados ou distribuídos;

II – as dimensões;

III – as inscrições e o texto.

§ 1º – Quando se tratar de colocação de anúncios ou letreiros, os pedidos de licença deverão ser acompanhados de desenhos em escala que permite perfeita apreciação dos seus detalhes, devidamente cotados, contendo:

a) composição dos dizeres, bem como das alegorias, quando for o caso;

b) cores a serem adotadas;

c) indicações rigorosas quanto à colocação;

d) total da saliência a contar do plano da fachada determinado pelo alinhamento do prédio;

e) altura compreendida entre o ponto mais baixo e o passeio.

§ 2º – No caso de anúncios luminosos, os pedidos de licença deverão indicar o sistema de iluminação a ser adotado, não podendo os referidos anúncios serem localizados a uma altura inferior a 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio.

Art. 211 – É permitida a colocação de letreiros nas seguintes condições:

I – afixados na frente de lojas ou sobrelojas de edifícios comerciais, devendo ser dispostos de forma a não interromperem linhas acentuadas pela alvenaria ou pelo revestimento nem encobrirem placas de numeração, nomenclatura e outras indicações oficiais dos logradouros;

II – em edifícios de utilização mista, quando tenham iluminação fixa e sejam confeccionados de forma que não se verifiquem reflexos luminosos diretos nos vãos dos pavimentos superiores do mesmo edifício, além de observadas as exigências do item anterior;

III – dispostos perpendicularmente ou com inclinação sobre as fachadas do edifício ou paramento de muros situados no alinhamento dos logradouros, constituindo saliências, desde que sejam luminosos, não fiquem instalados em altura inferior a 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros) do passeio, não ultrapassem a largura do passeio, quando instalados no pavimento térreo, nem possuam balanço que exceda de 1,50 (um metro e cinquenta centímetros) quando aplicados acima do primeiro pavimento;

IV – à frente de edifícios comerciais, inclusive em muretas fechadas de balcões ou sacadas, quando luminosos desde que não resultem em prejuízo da estética das fachadas e do aspecto do respectivo logradouro;

V – à frente de lojas ou sobrelojas de galerias sobre os passeios de logradouros ou de galerias internas, constituindo saliências luminosas em altura não inferior a 2,50 (dois metros e cinquenta centímetros), não devendo o balanço exceder a 1,20 (um metro e vinte centímetros);

VI – em vitrinas e mostruários, quando lacônicos e de feitura estática, permitidas as descrições relativas a mercadorias e preços no interior dessas instalações.

Parágrafo Único. As placas com letreiros poderão ser colocadas quando confeccionadas em metal, vidro plástico, acrílico ou material adequado, nos seguintes casos:

I – para indicação de profissional liberal nas respectivas residências, escritórios ou consultórios, mencionando apenas o nome do profissional, a profissão ou especialidade e horário de atendimento;

II – para indicação de profissionais responsáveis por projeto e execução de obra, com seus nomes, endereços, números do registro no CREA, número da obra, nas dimensões exigidas pela legislação federal vigente e colocados em local visível sem ocasionar perigos aos transeuntes;

III – quando não contiverem incorreções de linguagem;

Art. 212 – As decorações especiais de fachadas ou vitrinas de estabelecimentos comerciais poderão ser feitas por ocasião de comemorações cívicas e festividades tradicionais, desde que não constem, nas mesmas, quaisquer referências comerciais, salvo a denominação do estabelecimento, a juízo do Departamento de Serviços Urbanos.

Art. 213 – Os anúncios e letreiros deverão ser mantidos em perfeito estado de conservação, funcionamento e segurança;

§ 1º – Os anúncios luminosos intermitentes ou equivalentes, com luzes ofuscantes, funcionarão somente até às 22 (vinte e duas) horas.

§ 2º – Quando tiverem de ser feitas modificações de dizeres ou de localização de anúncios e letreiros

dependerão apenas de comunicação escrita ao órgão competente da Prefeitura.

Art. 214- Os postes, suportes, colunas, relógios, painéis e murais, para colocação de anúncios ou cartazes, só poderão ser instalados mediante licença prévia da Prefeitura, devendo ser indicada a sua localização.

Art. 215- Não será permitida a afixação, inscrição ou distribuição de anúncios, cartazes e quaisquer outros meios de publicidade e propaganda nas seguintes condições:

I - quando, pela sua natureza, provoquem aglomerações prejudiciais ao trânsito público;

II - quando forem ofensivos à moral ou contiverem referências desprimorosas a indivíduos, estabelecimentos, instituições ou crenças;

Art. 216- Fica proibida a colocação de letreiros em prédios nos seguintes casos:

I - quando projetados de forma a obstruir, interceptar ou reduzir os vãos de portas e janelas e respectivas bandeiras, salvo se ocuparem a parte superior dos referidos vãos e forem constituídos por letras vazadas e recortadas, confeccionadas em tubo luminoso ou filete de metal, sem painel no fundo;

II - quando pela sua multiplicidade, proporções ou disposições possam prejudicar aspectos estéticos das fachadas, das folhas de portas, janelas ou cortinas de aço;

III - quando pintados diretamente sobre qual quer parte das fachadas mesmo em se tratando da própria numeração predial;

IV - nas balaustradas ou grades de balcões e escadas;

V - quando pintados em tabuletas ou painéis em edifícios da área urbana;

VI - nos pilares internos e externos e no teto das galerias sobre passeios ou de galerias internas de comunicação pública em logradouro;

VII - nas bambinelas de toldos e marquises.

Parágrafo Único. A inscrição de letreiros de qualquer espécie gravados ou em relevo no revestimento das fachadas, só será permitida a juízo do Diretor de Serviços Urbanos da Prefeitura.

Art. 217- Fica vedada a colocação de anúncios nos seguintes casos:

I - quando prejudicarem de alguma forma os aspectos paisagísticos da cidade, seus panoramas naturais e monumentos históricos, inclusive ao longo das estradas municipais ou federais ou estaduais, nos trechos localizados no município de Blumenau;

II - em ou sobre muros, muralhas e grades externas de parques e jardins públicos ou particulares e de estações de embarque e desembarque de passageiros, bem como de balaustradas de pontes e pontilhões;

III - em arborização e posteamentos públicos, inclusive grades protetoras;

IV - na pavimentação ou meio-fio ou quaisquer obras;

V - em qualquer parte de cemitérios, templos religiosos, estabelecimentos de ensinos, hospitais, casa de saúde, maternidades, sanatórios;

VI - nas balaustradas, muros, muralhas ou nos bancos de logradouros públicos;

VII - quando puderem prejudicar a passagem de pedestres e a visibilidade dos veículos.

Art. 218- Os anúncios e letreiros encontrados, sem que os responsáveis tenham satisfeito as exigências do presente CAPÍTULO, poderão ser apreendidos ou retirados pela Prefeitura, até a satisfação das respectivas exigências, além do pagamento da multa de 20% (vinte por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário-mínimo.

Art. 219- O Prefeito poderá, mediante concorrência, permitir a instalação de placas, cartazes e outros dispositivos em que constem, além do nome do logradouro, publicidade comercial do concessionário:

§ 1º - A permissão estabelecida neste artigo é extensiva às placas indicadoras de pontos de transporte coletivo, desde que nelas constem o nome e o número da linha.

§ 2º - Sempre que houver alteração do nome dos logradouros, do nome ou número da linha, o concessionário terá que proceder à modificação nos dispositivo indicador, no prazo de 20 (vinte) dias.

Capítulo IV DA PRESERVAÇÃO DA ESTÉTICA DOS EDIFÍCIOS

SEÇÃO 1ª

DOS TOLDOS

Art. 220 - ~~A instalação de toldos, à frente de lojas ou de outros estabelecimentos comerciais, será permitida desde que satisfaçam as seguintes condições:~~

~~I - não excederem à largura dos passeios ficarem sujeitos ao balanço máximo de 2m (dois metros);~~

~~II - não descerem quando instalados no pavimento térreo, os seus elementos constitutivos, inclusive bambinelas, abaixo de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), em cota referida ao nível do passeio;~~

~~III - não terem bambinelas de dimensões verticais superiores a 0,60 m (sessenta centímetros);~~

~~IV - não prejudicarem a arborização e a iluminação pública nem ocultarem placas de nomenclatura de logradouros;~~

~~V - serem aparelhados com ferragens e roldanas necessárias ao completo enrolamento da peça junto à fachada;~~

~~VI - serem feitos de material de boa qualidade e convenientemente acabados.~~

~~§ 1º - Será permitida a colocação de toldos metálicos, constituídos por placas e providos de dispositivos reguladores de inclinação com relação ao plano da fachada, dotados de movimento de contração e distensão, desde que satisfaçam às seguintes exigências:~~

~~a) o material utilizado deverá ser indeteriorável, não sendo permitida a utilização de material quebrável ou estilhaçável;~~

~~b) o mecanismo de inclinação, dando para o logradouro, deverá garantir perfeita segurança e estabilidade ao toldo e não poderá permitir seja atingido o ponto abaixo da cota de 2,20m (dois metros e vinte centímetros), a contar do nível do passeio.~~

~~§ 2º - Para a colocação de toldos, o requerimento à Prefeitura deverá ser acompanhado de desenho técnico representando uma seção normal à fachada, na qual figurem o toldo, o segmento da fachada e o passeio com as respectivas cotas, no caso de se destinarem ao pavimento térreo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 221 - É vedado pendurar, fixar ou expor mercadorias nas armações dos toldos.

Art. 222 - ~~Na infração dos dispositivos desta Seção será imposta a multa correspondente a 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário-mínimo.~~

~~Parágrafo Único. Na primeira reincidência dos dispositivos desta Seção, será o toldo retirado pela Prefeitura, proibindo-se a reposição. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

SEÇÃO 2ª

DOS MASTROS NAS FACHADAS DOS EDIFÍCIOS

Art. 223 - A colocação de mastros nas fachadas será permitida desde que sem prejuízo da estática dos edifícios e da segurança dos transeuntes.

Art. 224 - Os mastros não poderão ser instalados a uma altura abaixo de 2,20m (dois metros e vinte

centímetros), em cota referida ao nível do passeio.

Parágrafo Único. Os mastros que não satisfizerem os requisitos do presente artigo deverão ser substituídos, removidos ou suprimidos.

Capítulo V

DA FABRICAÇÃO, COMÉRCIO, TRANSPORTE E EMPREGO DE INFLAMÁVEIS E EXPLOSIVOS

Art. 225 - No interesse público, a Prefeitura fiscalizará supletivamente as atividades de fabricação, comércio, transporte e emprego de inflamáveis e explosivos.

Art. 226 - São considerados inflamáveis:

I - fósforo e materiais fosforados;

II - gasolina e demais derivados de petróleo;

III - éteres, álcoois, aguardente e óleos em geral;

IV - carburetos, alcatrão e matérias betuminosas líquidas;

V - toda e qualquer outra substância cujo ponto de inflamabilidade seja de 135°C (cento e trinta e cinco graus centígrados).

Art. 227 - São considerados explosivos:

I - fogos de artifícios;

II - nitroglicerina, seus compostos e deriva dos;

III - pólvora e algodão pólvora;

IV - espoletas e estopins;

V - fulminatos, cloratos, formiatos e congêneres;

VI - cartuchos de guerra, caça e minas.

Art. 228 - É absolutamente proibido:

I - fabricar explosivos sem licença das autoridades federais competentes e em local não aprovado pela Prefeitura;

II - manter depósitos de substâncias inflamáveis ou de explosivos sem atender às exigências legais quanto à construção e segurança;

III - depositar ou conservar nos logradouros públicos, mesmo provisoriamente, inflamáveis ou explosivos.

§ 1º - Aos varejistas é permitido conservar, em cômodos apropriados em seus armazéns ou lojas, a quantidade fixada pela Prefeitura, na respectiva licença, de material inflamável ou explosivo que não

ultrapasse a venda provável de 15 dias.

§ 2º - Os fogueteiros e exploradores de pedreiras poderão manter depósito de explosivos correspondentes ao consumo de 30 (trinta) dias, desde que os depósitos estejam localizados a uma distância mínima de 250m (duzentos e cinquenta metros) da habitação mais próxima e a 150 m (cento e cinquenta metros) de ruas e estradas.

§ 3º - Se as distâncias a que se refere o parágrafo anterior forem superiores a 500 m (quinhentos metros), é permitido o depósito de maior quantidade de explosivos.

Art. 229 - Os depósitos de explosivos e inflamáveis só serão construídos em locais especialmente designado e com licença especial da Prefeitura.

§ 1º - Todas as dependências e anexos dos depósitos de explosivos ou inflamáveis, serão construídos de material incombustível.

§ 2º - Nenhum material combustível será permitido no terreno, dentro da distância de 10m (dez metros), de qualquer depósito de explosivos e inflamáveis.

§ 3º - Junto à porta de entrada aos depósitos de explosivos e inflamáveis deverão ser pintados de forma bem visível, os dizeres "INFLAMÁVEIS" ou "EXPLOSIVOS" - "CONSERVE O FOGO A DISTÂNCIA", com as respectivas tabuletas como símbolo representativo de perigo.

§ 4º - Em locais visíveis deverão ser colocadas as tabuletas ou cartazes com o símbolo representativo de perigo e com os dizeres - "É PROIBIDO FUMAR".

Art. 230 - Em todo depósito, posto de abastecimento de veículos, armazém à granel ou qualquer outro imóvel onde existir armazenamento de explosivos e inflamáveis, deverão existir instalações contra incêndio e extintores portáteis de incêndio, em quantidade e disposição convenientes, mantidos em perfeito estado de funcionamento.

Art. 231 - Não será permitido o transporte de explosivos ou inflamáveis sem as precauções devidas.

§ 1º - Não poderão ser transportados simultaneamente, no mesmo veículo, explosivos e inflamáveis.

§ 2º - Os veículos que transportarem explosivos ou inflamáveis não poderão conduzir outras pessoas além do motorista e dos ajudantes.

Art. 232 - É expressamente proibido:

I - queimar fogos de artifício, bombas, busca-pés, morteiros ou outros fogos perigosos, nos logradouros públicos ou em janelas e portas que deitarem para os mesmos;

II - soltar balões em toda a extensão do Município ;

III - fazer fogueiras, nos logradouros públicos, sem prévia autorização da Prefeitura;

IV - utilizar, sem justo motivo, armas de fogo dentro do perímetro urbano do Município;

V - fazer fogos ou armadilhas com armas de fogo, sem colocação de sinal visível para advertência aos passantes ou transeuntes.

§ 1º - A proibição de que trata os itens I e III poderá ser suspensa mediante licença da Prefeitura, em dias de regozijo público ou festividades religiosas de caráter tradicional.

§ 2º - Os casos previstos no § 1º serão regulamentados pela Prefeitura, que poderá inclusive estabelecer, para cada caso, as exigências que julgar necessárias ao interesse da segurança pública.

§ 3º A proibição de que trata o inciso I deste artigo também se aplica ao interior de casas de diversões de uso público, tais como clubes, danceterias, boates, sociedades esportivas, recreativas e/ou culturais e às praças esportivas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 885/2013)

~~§ 4º Estão excluídos das proibições do inciso I deste artigo, os logradouros públicos usados nas festas oficiais promovidas pela Prefeitura Municipal. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 885/2013)~~

§ 4º Ao Poder Executivo e aos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município é proibida a queima e soltura de fogos de artifícios com estampidos, assim como de quaisquer artefatos pirotécnicos de efeito sonoro ou ruidoso, em áreas públicas e eventos. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1221/2019)

~~§ 5º Excetuam-se da proibição prevista no § 4º os "fogos silenciosos", assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais sem estampidos, assim como similares que acarretam barulho de baixa intensidade. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1221/2019)~~

§ 5º Excetuam-se da proibição prevista no § 4º os "fogos de baixo ruído", assim denominados aqueles que produzem efeitos visuais que acarretam barulho de pouca intensidade. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1226/2019)

Art. 233 - Para a instalação de estabelecimentos ou barracas de fogos de artifício é necessário obter a permissão do órgão competente da Prefeitura que determinará o local onde devam ser instalados.

Parágrafo Único. Os estabelecimentos ou barracas de vendas de fogos de artifício devem ter suas instalações elétricas recobertas de isolantes, possuir extintor de incêndio e ter cartazes visíveis que advertam o público para não fumar nas proximidades.

~~**Art. 234 -** O licenciamento de estabelecimentos destinados ao comércio varejista de combustíveis minerais rege-se pelo presente CAPÍTULO. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 235 -** São estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais:~~

- ~~a) postos de abastecimento;~~
- ~~b) postos de serviço;~~
- ~~c) postos garagem. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 236 -** Posto de abastecimento é o estabelecimento que se destina à venda, no varejo, de combustíveis minerais e óleos lubrificantes automotivos. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 237 -** Posto de serviço é o estabelecimento que além de exercer a atividade prevista no art. 236, oferece serviços de lavagens e lubrificação de veículos. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 238 -** Posto-garagem, para os efeitos deste CAPÍTULO é o estabelecimento que exerce as atividades dos postos de abastecimento e dos postos de serviço e possui paralelamente áreas cobertas, destinadas ao abrigo e guarda de veículos, por tempo indeterminado. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 239 -** São atividades permitidas:~~

~~1- aos postos de abastecimento:~~

- ~~a) abastecimento de combustíveis minerais;~~

- b) suprimento de ar e água;
- c) troca de óleos lubrificantes, em área apropriada e com equipamento adequado;
- d) comércio de acessórios e de peças de pequeno porte e fácil reposição, que poderão ser instaladas no momento, tais como: calotas, velas, platinados, condensador, correias, bujão, rotor, calibrador;
- e) comércio de utilidades relacionadas com a higiene, segurança, conservação e aparência dos veículos, bem como venda de jornais, revistas, mapas e roteiros turísticos, artigos de artesanato e souvenirs;
- f) comércio de pneus, câmaras de ar e prestação de serviço de borracheiro, desde que as instalações sejam adequadas e não atentem contra a estética do posto;
- g) lanchonetes, restaurantes e máquinas automáticas para a venda de cigarros, cafés, refrigerantes, sorvetes e confeitados, desde que estabelecidos em locais apropriados para a finalidade, cujas instalações tenham sido devidamente licenciadas;

II – aos postos de serviço, além das atividades previstas no inciso I deste artigo, as seguintes:

- a) lavagem e lubrificação de veículos;
- b) serviço de troca de óleos automotivos;
- c) estacionamento rotativo;
- d) oficina mecânica;

III – aos postos-garagem, além das atividades previstas nos incisos, I e II, deste artigo, a guarda de veículos por tempo indeterminado;

IV – todos os estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais deverão ter instalações sanitárias, separadas para os funcionários e público, além de sexo, limpas e desinfetadas;

§ 1º – A instalação de bombas de gasolina e depósito de inflamáveis e combustíveis minerais nos postos-garagem só serão permitidas na parte da frente do terreno em que as mesmas estejam situadas, e em área descoberta, admitida a existência de marquises ou outra forma de abrigo contra o sol.

§ 2º – A ornamentação dos estabelecimentos a que se refere o presente decreto, por meio de bandeiras, balões de ar, flâmulas, galhardetes, escudos, dísticos ou similares poderá ser permitida, independentemente de licença, desde que não atente contra a estética e o bom gosto e obedeça as demais disposições da legislação específica. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 240 – As atividades previstas no Inciso I, letras "f" e "g" do art. 235, assim como as constantes das letras "c" e "d" do inciso II do mesmo artigo, só serão permitidas como adicionais em postos de abastecimento, postos de serviço e postos-garagem que possuam construção apropriada ao exercício dessas atividades, obedecidas as disposições de controle urbanístico, devendo a permissão constar do alvará de licença para localização.

Parágrafo Único. As atividades mencionadas nas demais alíneas dos incisos I e II do art. 235 não necessitarão constar do alvará de licença para localização. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 241 – Os tanques de armazenagem de inflamáveis e combustíveis minerais a serem instalados nos estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais obedecerão às condições previstas nas normas técnicas brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 242 – As bombas de inflamáveis abastecedoras de veículos automotivos serão instaladas com afastamento mínimo de 4 (quatro) metros de alinhamento da via pública e das divisas dos vizinhos. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 243 – Os estabelecimentos do comércio varejista de combustíveis minerais não poderão ficar:

I – a menos de 100 (cem) metros dos limites de escolas, quartéis, asilos, hospitais e casas de saúde e outros locais de grande concentração de pessoas;

II – em esquinas consideradas importantes para o sistema viário de Blumenau;

III – a menos de 500 (quinhentos) metros, medidos pelos logradouros, de outro estabelecimento congênere já existente;

IV – em outros locais, de acordo com a legislação urbanística de Blumenau, desde que a autoridade competente justifique o motivo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 244- Os projetos de construção de estabelecimento de comércio varejista de combustíveis minerais deverão observar, além das disposições deste Código, os demais dispositivos legais aplicáveis, bem como as determinações dos órgãos competentes, no tocante ao aspecto paisagístico e arquitetônico. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 245- Os estabelecimentos de comércio varejista de combustíveis minerais são obrigados a manter:

- I - compressor e balanças de ar em perfeito funcionamento;
- II - a medida oficial padrão aferida pelo Instituto de Pesos e Medidas do Estado de Santa Catarina, para com provação da exatidão de quantidade de produtos fornecidos, quando solicitada pelo consumidor;
- III - em local visível, o certificado de aferição;
- IV - extintores e demais equipamentos de prevenção de incêndio em quantidade suficiente e convenientemente localizados, sempre em perfeitas condições de funcionamento, observadas as prescrições do Corpo de Bombeiros, para cada caso em particular;
- V - perfeitas condições de funcionamento, higiene e limpeza do estabelecimento, atendendo convenientemente ao público consumidor;
- VI - atualizado seguro contra incêndio, para cobertura de terceiros, em valor nunca inferior a 200 (duzentos) salários-mínimos da região;
- VII - em lugar visível do estabelecimento, um mapa turístico do Município de Blumenau;
- VIII - em local acessível, telefone público para uso durante as 24 horas do dia ou comprovante da solicitação para obtê-lo;
- IX - sistema de iluminação dirigido com foco de luz voltado exclusivamente para baixo e com as luminárias protegidas lateralmente para evitar o ofuscamento dos motoristas e não perturbar os moradores das adjacências. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 246- Na infração de dispositivos deste CAPÍTULO será imposta a multa correspondente a 3 (três) a 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Capítulo VI DAS QUEIMADAS E DOS CORTES DE ÁRVORES E PASTAGENS

Art. 247- A Prefeitura colaborará com o Estado e a União para evitar a devastação das florestas e estimular a plantação de árvores. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 248- Para evitar a propagação de incêndios, observar-se-ão nas queimadas as medidas preventivas necessárias. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 249- A ninguém é permitido atear fogo em roçados, palhadas ou matos que se limitem com terras de ou trem, sem tomar as seguintes precauções:

- I - preparar aceiros de no mínimo 10 (dez) metros de largura;
- II - mandar aviso aos confinantes, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, marcando dia, hora e lugar para lançamento do fogo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 250- A ninguém é permitido atear fogo em matas, em capoeira, lavouras ou campos alheios.
Parágrafo Único. Salvo acordo entre os interessados, é proibido queimar campos de criação em comum. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 251- A derrubada de mata dependerá de licença da Prefeitura e de conformidade com a legislação federal específica.
§ 1º - A Prefeitura só concederá licença quando o terreno se destinar à construção ou plantio pelo proprietário.

~~§ 2º - A licença será negada se a mata for considerada de utilidade pública, ou de preservação permanente: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 252 - Fica proibida a formação de pastagens na zona urbana do Município.

Art. 253 - ~~Na infração de dispositivos deste CAPÍTULO será imposta a multa de 3 (três) a 5 (cinco) vezes o valor do salário-mínimo da região: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Capítulo VII

DA EXPLORAÇÃO DE PEDREIRAS, CASCALHEIRAS, OLARIAS E DEPÓSITO DE AREIA E SAIBRO

Art. 254 - ~~A exploração de pedreiras, cascalheiras, olarias e depósitos de areias e de saibro depende da licença da Prefeitura, que a concederá, observados os preceitos deste Código: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 255 - ~~A licença será processada mediante apresentação de requerimento assinado pelo proprietário do solo ou pelo explorador e instruído de acordo com este artigo:~~

~~§ 1º - Do requerimento deverão constar as seguintes indicações:~~

- ~~a) nome e residência do proprietário do terreno;~~
- ~~b) nome e residência do explorador, se este não for o proprietário;~~
- ~~c) localização precisa da entrada do terreno;~~
- ~~d) declaração do processo de exploração e da qualidade do explosivo a ser empregado, se for o caso.~~

~~§ 2º - O requerimento de licença deverá ser instruído com os seguintes documentos:~~

- ~~a) prova de propriedade do terreno;~~
- ~~b) autorização para a exploração passada pelo proprietário, em cartório, no caso de não ser ele o explorador;~~
- ~~c) planta da situação, com indicação do relevo do solo por meio de curvas de nível, contendo a delimitação exata da área a ser explorada com a localização das respectivas instalações e indicando as construções, logradouros, os mananciais de cursos d'água situados em toda a faixa de largura de 100 metros (cem metros) em torno da área a ser explorada;~~
- ~~d) perfis do terreno em três vias.~~

~~§ 3º - No caso de se tratar de exploração de pequeno porte, poderão ser dispensados, a critério da Prefeitura, os documentos indicados nas alíneas c e d do parágrafo anterior: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 256 - ~~As licenças para exploração serão sempre por prazo fixo:~~

~~Parágrafo Único. Será interdita a pedreira ou parte da pedreira, embora licenciada e explorada de acordo com este Código, desde que posteriormente se verifique que a sua exploração acarrete perigo ou dano à vida ou à propriedade: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 257 - ~~Ao conceder as licenças, a Prefeitura poderá fazer as restrições que julgar convenientes: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 258 - ~~Os pedidos de prorrogação de licença para a continuação da exploração serão feitos por meio de requerimento e instruídos com o documento de licença anteriormente concedida: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 259 - ~~O desmonte das pedreiras pode ser feito a frio ou a fogo: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 260 - ~~Não será permitida a exploração de pedreiras na zona urbanizada: (Revogado pela Lei~~

Art. 261- ~~A exploração de pedreiras a fogo fica sujeita às seguintes condições:~~

- ~~I - declaração expressa da qualidade de explosivos a empregar;~~
- ~~II - intervalo mínimo de trinta minutos entre cada série de explosões;~~
- ~~III - içamento, antes da explosão, de uma bandeira vermelha à altura conveniente para ser vista à distância;~~
- ~~IV - toque por três vezes, com intervalos de dois minutos, de uma sineta e o aviso em brado prolongado, dando sinal de fogo: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 262- ~~A instalação de olarias nas zonas urbanas e suburbanas do Município deve obedecer às seguintes prescrições:~~

- ~~I - as chaminés serão construídas de modo a não incomodar os moradores vizinhos pela fumaça ou emanações nocivas;~~
- ~~II - quando as escavações facilitarem a formação de depósitos de águas, será o explorador obrigado a fazer o devido escoamento ou a aterrar as cavidades à medida em que for retirado o barro: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 263- ~~A Prefeitura poderá, a qualquer tempo, determinar a execução de obras no recinto da exploração de pedreiras ou cascalheiras com o intuito de proteger propriedades particulares ou públicas, ou evitar a obstrução das galerias de águas: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 264- ~~É proibida a extração de areia em todos os cursos de água do Município:~~

- ~~I - jusante do local em que recebem contribuições de esgotos;~~
- ~~II - quando modifiquem o leito ou as margens dos mesmos;~~
- ~~III - quando possibilitem a formação de locais ou causem por qualquer forma, a estagnação das águas;~~
- ~~IV - quando, de algum modo, possam oferecer perigo a pontes, muralhas ou qualquer obra construída nas margens ou sobre os leitos dos rios: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 265- ~~Na infração de qualquer artigo deste CAPÍTULO será imposta a multa de 50% (cinquenta por cento) a 2 (duas) vezes o valor do salário-mínimo da região: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Capítulo VIII DO TRÂNSITO PÚBLICO

Art. 266- ~~É proibido embarçar ou impedir, por qualquer meio, o livre trânsito de pedestres ou veículos nas ruas, praças, passeios, estradas e caminhos públicos, exceto para efeito de obras públicas ou quando exigências de segurança o determinarem.~~

~~Parágrafo Único. Sempre que houver necessidade de interromper o trânsito, deverá ser colocada sinalização vermelha claramente visível de dia e luminosa à noite: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 267- ~~Compreende-se na proibição do artigo anterior o depósito de quaisquer materiais, inclusive de construção, nas vias públicas em geral.~~

~~§ 1º - Tratando-se de materiais cuja descarga não possa ser feita diretamente no interior dos prédios, será tolerada a descarga e permanência na via pública, com o mínimo de prejuízo ao trânsito, por tempo não superior a 3 (três) horas.~~

~~§ 2º - Nos casos previstos no parágrafo anterior, os responsáveis pelos materiais depositados na via pública deverão advertir os veículos à distância conveniente, dos prejuízos causados ao livre trânsito: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 268-~~ E expressamente proibido nas ruas da cidade:

~~I - conduzir animais ou veículos em disparada;~~

~~II - conduzir animais bravios sem a necessária precaução;~~

~~III - atirar à via pública ou logradouros públicos corpos ou detritos que possam incomodar os transeuntes;~~

~~Parágrafo Único. Os cortejos fúnebres deverão usar a velocidade máxima permitida nas vias públicas urbanas, de preferência acompanhados de dois batedores policiais, um seguindo na frente e outro no final do cortejo, desrespeitando sinalizadas. Excetuam-se os cortejos fúnebres oficiais. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 269-~~ E expressamente proibido danificar ou retirar sinais colocados nas vias, estradas ou caminhos públicos, para advertência de perigo ou impedimento de trânsito. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 270-~~ Assiste à Prefeitura o direito de impedir o trânsito de qualquer veículo ou meio de transporte que possa ocasionar danos à via pública, perturbar a tranquilidade e contaminar o ar atmosférico. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 271-~~ Na infração de qualquer artigo deste CAPÍTULO será imposta a multa de 15% (quinze por cento) a 3 (três) vezes o valor do salário-mínimo da região. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Capítulo IX~~ ~~DAS MEDIDAS REFERENTES AOS ANIMAIS~~

~~Art. 272-~~ É proibida a permanência de animais soltos nas vias públicas.

~~Art. 273-~~ Os animais soltos encontrados nas ruas, praças, estradas ou caminhos públicos serão recolhidos ao depósito da Municipalidade.

~~Art. 274-~~ O animal recolhido em virtude do disposto neste CAPÍTULO será retirado dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias, mediante pagamento de multa e da taxa de manutenção respectiva.

~~Parágrafo Único. Não sendo retirado o animal nesse prazo deverá a Prefeitura efetuar a sua venda em hasta pública, precedida da necessária publicação.~~

~~Art. 275-~~ É igualmente proibida a permanência, no perímetro urbano da sede municipal, de qualquer outra espécie de gado.

~~Art. 276-~~ Os cães soltos que forem encontrados nas vias públicas da cidade e vilas serão apreendidos e recolhidos ao depósito da Prefeitura.

~~§ 1º - O animal será sacrificado ou levado a instituições de pesquisa, se não for retirado por seu dono, dentro de 3 (três) dias, mediante o pagamento de multa e das taxas.~~

~~§ 2º - Quando se tratar de animal de raça, poderá a Prefeitura, a seu critério, agir de conformidade com o que estipula o Parágrafo Único do artigo 274 deste Código.~~

~~Art. 277-~~ Os proprietários de cães são obrigados a vaciná-los contra a raiva, na periodicidade determinada pela Prefeitura.

~~Art. 278-~~ Os cães hidrófobos ou atacados de moléstia transmissível, encontrados nas vias públicas ou recolhidos nas residências de seus proprietários, serão imediatamente sacrificados e incinerados.

Art. 279- Os cães poderão andar na via pública desde que em companhia de seu dono, respondendo este pelas perdas e danos que o animal causar a terceiros.

Art. 280- Não será permitida a passagem ou estacionamento de tropas ou rebanhos na cidade, exceto em logradouros para isso designados.

Art. 281- É proibido amarrar animais em cercas, muros, grades ou árvores das vias públicas.

Art. 282- É proibido domar ou adestrar animais nas vias públicas.

Art. 283- Ficam proibidos os espetáculos de feras e exibições de cobras e quaisquer animais perigosos, sem as necessárias precauções para garantir a segurança dos espectadores.

Art. 284- É expressamente proibido:

I - criar abelhas nos locais de maior concentração urbana;

II - criar pequenos animais (coelhos, perus, galinhas, patos, etc), nos porões e no interior das habitações;

III - criar pombos nos forros das casas de residência.

Art. 285- É expressamente proibido a qual quer pessoa maltratar os animais ou praticar ato de crueldade contra os mesmos, tais como:

I - transportar, nos veículos de tração animal carga ou passageiro de peso superior às suas forças;

II - sobrecarregar os animais;

III - montar animais que já tenham carga permitida, ou de modo a exceder tal limite;

IV - fazer trabalhar animais doentes, feridos, extenuados, aleijados, enfraquecidos ou extremamente magros;

V - martirizar animais para deles alcançar esforços excessivos;

VI - castigar de qualquer modo animal caído, com ou sem veículo, fazendo-o levantar à custa de castigo e sofrimentos;

VII - conduzir animais com a cabeça para baixo, suspensos pelos pés ou asas, ou em qualquer posição anormal, que lhes possa ocasionar sofrimento;

VIII - transportar animais amarrados à traseira de veículos ou atados um ao outro pela cauda;

IX - abandonar, em qualquer ponto, animais doentes, extenuados, enfraquecidos ou feridos;

X - amontoar animais em depósitos com espaço insuficiente ou sem água, ar, luz e alimentos;

XI - usar de instrumento diferente do chicote leve, para estímulo e correção de animais;

XII - empregar arreios que possam constranger, ferir ou magoar o animal;

XIII - usar arreios sobre partes feridas, contusões ou chagas do animal;

XIV - deixá-los sem comer e beber por período superior a 12 (doze) horas;

XV - sujeitá-los a trabalhar por mais de 6 (seis) horas contínuas sem dar-lhes água, alimento e descanso;

XVI - lotar com mais de 3 (três) pessoas as charretes tracionadas por equinos ou muare;

XVII - conduzir ou passear com crianças de mais de 5 (cinco) anos em charretinhas puxadas por carneiros ou cabritos;

XVIII - praticar todo e qualquer ato, mesmo não especificado neste Código, que possa acarretar violência e sofrimento para o animal.

Art. 286- É proibido, em qualquer parte do território do Município, colocar armadilhas para caçar, sem sinais de advertência.

Art. 287- Na infração de qualquer artigo deste CAPÍTULO será imposta a multa de 25% (vinte e cinco por cento) a 1 (uma) vez o valor do salário-mínimo da região. (Capítulo revogado pela Lei Complementar nº 466/2004)

DA EXTINÇÃO DE INSETOS NOCIVOS

~~Art. 288 -~~ Todo proprietário arrendatário ou inquilino de casa, sítio, chácaras e de terrenos, cultivados ou não, dentro dos limites do Município, é obrigado a extinguir os formigueiros existentes dentro de sua propriedade: (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)

~~Art. 289 -~~ Verificada, pelos fiscais da Prefeitura, a existência de formigueiros, será feita a intimação ao proprietário do terreno onde os mesmos estiverem localizados, marcando-se o prazo de 5 (cinco) dias para se proceder ao seu extermínio: (Revogado pela Lei Complementar nº 1295/2020)

~~Art. 290 -~~ Se, no prazo fixado, não for extinto o formigueiro, a Prefeitura incumbir-se-á de fazê-lo, cobrando do proprietário as despesas que efetuar, acrescidas a 20% (vinte por cento), pelo trabalho de administração, além de multa de 15% (quinze por cento), a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário-mínimo: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Capítulo XI

DOS MUROS E CERCAS, DOS PASSEIOS, DAS MURALHAS DE SUSTENTAÇÃO, DOS EDIFÍCIOS EM CONSTRUÇÃO OU DEMOLIÇÃO E DOS FECHOS DIVISÓRIOS EM GERAL.

~~Art. 291 -~~ Os terrenos não construídos, com frente para logradouro público, serão obrigatoriamente dotados de passeio em toda a extensão da testada e fechados no alinhamento existente ou projetado:

~~Art. 291 -~~ Os terrenos, construídos ou não, com frente para logradouro público, serão obrigatoriamente dotados de passeio em toda a extensão da testada e fechados no alinhamento existente ou projetado: (Redação dada pela Lei Complementar nº 326/2001)

Art. 291. Os imóveis, construídos ou não, com frente para logradouro público, serão obrigatoriamente dotados de passeio calçado em toda a extensão da testada e fechados no alinhamento existente ou projetado. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1286/2020)

§ 1º - As exigências do presente artigo são extensivas aos lotes situados em ruas dotadas de guias e sarjetas.

~~§ 2º - Compete ao proprietário do imóvel a construção e conservação dos muros e passeios, assim como do gramado dos passeios ajardinados.~~

§ 2º Compete ao proprietário ou possuidor do imóvel, a qualquer título, a construção e a conservação dos muros e passeios, na forma da regulamentação específica. (Redação dada pela Lei Complementar nº 1286/2020)

§ 3º - Tratando-se de condomínio a responsabilidade de que trata o parágrafo anterior será do seu representante legal.

Art. 292 - São considerados como inexistentes os muros e passeios construídos ou reconstruídos em desacordo com as especificações técnicas e regulamentares próprias, bem como os consertos nas mesmas condições.

Parágrafo Único. Só serão tolerados os consertos de muros e passeios quando a área em mau estado não exceder a 1/10 (um décimo) da área total; caso contrário, serão considerados em ruínas, devendo, obrigatoriamente, ser reconstruídos.

Art. 293 - A Prefeitura poderá determinar os tipos dos passeios e muros e as especificações que devem ser obedecidas nos terrenos situados na zona urbana do Município.

§ 1º - Os passeios não poderão ser feitos de material liso ou derrapante.

§ 2º - No caso de serem os passeios feitos de argamassa de cimento, deverão apresentar a superfície áspera.

§ 3º - Diante dos portões de acesso para veículos não serão permitidos degraus ou desníveis de qualquer espécie salvo uma faixa longitudinal de 0,60m (sessenta centímetros) de lar pura, junto às guias rebaixadas.

§ 4º - As canalizações para escoamento das águas pluviais e outras passarão sob os passeios.

§ 5º - Os muros, na zona Central e na zona Especial de residência, quando constituírem fechos de terrenos não edificados terão a altura mínima de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) e máximo de 2,50m (dois metros e cinquenta centímetros).

Art. 294 - Ficarà a cargo da Prefeitura a reconstrução ou conserto de muros ou passeios afetados por alterações do nivelamento e das guias ou por estragos ocasionados pela arborização das vias públicas.

Parágrafo Único. Competirá também à Prefeitura o conserto necessário decorrente de modificação do alinhamento das guias e das ruas.

~~**Art. 295 -** Ao serem intimados pela Prefeitura a executar o fechamento de terrenos e outras obras necessárias, os proprietários que não atenderem à intimação ficarão sujeitos, além da multa correspondente de 50% (cinquenta por cento) a 100% (cem por cento) do valor do salário-mínimo, da região, ao pagamento do custo dos serviços feitos pela municipalidade, acrescido de 40% (quarenta por cento), como adicionais relativos à administração.~~

Art. 295 - Ao ser intimado pelo Município a executar o fechamento de terreno e outra obra necessária, o proprietário que não atender à intimação ficará sujeito, além da multa prevista, ao pagamento do serviço feito pela municipalidade, acrescido de juros e correção monetária até a data efetiva da quitação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 296 - Sempre que o nível de qualquer terreno, edificado ou não, for superior ao nível do logradouro em que o mesmo se situa, a Prefeitura exigirá obrigatoriamente do proprietário, a construção de muralhas de sustentação ou de revestimentos de terras, além de canal interno, em toda a largura, para receber as águas pluviais, assim como, junto aos portões, deverá o canal estar coberto de grade para recebê-las, impedindo-se o desaguamento nos passeios públicos. Esta exigência refere-se a todo e qualquer logradouro dotado de guias e ou passeios.

§ 1º - A exigência estabelecida no presente artigo é extensiva aos casos de necessidade de construção de muralhas de arrimo no interior dos terrenos e nas divisas com os terrenos vizinhos, quando as terras ameaçarem desabar, pondo em risco construções ou benfeitorias porventura existentes no próprio terreno ou nos terrenos vizinhos.

§ 2º - O ônus da construção de muralhas ou obras de sustentação caberá ao proprietário onde forem executadas escavações ou quaisquer obras que tenham modificado as condições de estabilidade anteriormente existentes. Â

§ 3º - A Prefeitura deverá exigir do proprietário do terreno, edificado ou não, a construção de sarjetas ou drenos, para desvios de águas pluviais ou de infiltrações que causem prejuízos ou danos ao logradouro

público ou aos proprietários vizinhos.

§ 4º - No caso de iminente perigo público, constatado mediante Laudo Pericial, a Defesa Civil Municipal poderá adentrar a propriedade particular e usar o maquinário necessário à solução do problema, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 147/1997)

Art. 297 - Presumem-se comuns os fechos divisórios entre propriedades urbanas e rurais, devendo os proprietários dos imóveis confinantes concorrer em partes iguais, para as despesas de sua construção e conservação, na forma do artigo 588 do Código Civil, Lei nº 307, de 1/1/1916.

Art. 298 - Os fechos divisórios entre propriedades serão feitos por meio de muros com reboco e caiação ou de grades de ferro ou madeira assentes sobre alvenaria, tendo, em qualquer caso, altura mínima de 1,00m (um metro).

Art. 299 - ~~Os fechos divisórios de terrenos rurais, salvo acordo expresso entre os proprietários, poderão ser construídos pelas seguintes modalidades:~~

~~I - Cerca-viva, de espécies vegetais adequadas e resistentes;~~

~~II - Cerca de arame farpado, com 4 (quatro) fios, tendo altura mínima de 1,40m (um metro e quarenta centímetros);~~

~~III - tela de fios metálicos resistentes, com altura mínima de 1,40 (um metro e quarenta centímetros);~~

~~Parágrafo Único. Fica terminantemente proibida a utilização de plantas venenosas ou nocivas em cercas-vivas de fechos divisórios de terrenos rurais: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 300 - ~~A construção e conservação de fechos especiais para conter aves domésticas, caprinos, ovinos, porcos e outros animais de pequeno porte, correrão por conta exclusiva do proprietário.~~

~~Parágrafo Único. Os fechos especiais a que se refere o presente artigo poderão ser feitos pelas seguintes formas:~~

~~I - cerca de arame farpado, com 10 (dez) fios, no mínimo, e altura de 1,60m (um metro e sessenta centímetros);~~

~~II - muro de pedras ou tijolos, de 1,80m (um metro e oitenta centímetros) de altura;~~

~~III - tela de fio metálico resistente, com malha fina, e altura de 1,60m (um metro e sessenta centímetros);~~

~~IV - Cerca-viva, compacta, capaz de impedir a passagem de animais de pequeno porte: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 301 - ~~Na infração de dispositivos deste CAPÍTULO, será imposta a multa correspondente ao valor de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do salário-mínimo: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 302 - ~~Nenhuma obra, inclusive demolição, quando feita no alinhamento das vias públicas, poderá dispensar o tapume provisório, que deverá ocupar uma faixa de até 1/3 e em casos especiais até 1/2 da largura da calçada, mediante autorização do órgão competente:~~

~~§ 1º - Aplica-se a mesma proporção estabelecida neste artigo à largura dos prédios recuados, fazendo-se a medição a partir da soleira do prédio recuado:~~

~~§ 2º - Quando os tapumes forem construídos em esquinas, as placas de nomenclatura dos logradouros serão nele afixadas de forma bem visível:~~

~~§ 3º - Dispensa-se o tapume quando se tratar de:~~

~~I - construção ou reparo de muros ou grades com altura não superior a dois metros;~~

~~II - pinturas ou pequenos reparos: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 303 - ~~Os andaimes deverão satisfazer às seguintes condições:~~

~~I - apresentarem perfeitas condições de segurança;~~

~~II - terem a largura do passeio, até o máximo de 2m (dois) metros, e providos de platibanda de proteção contra a queda de objetos na via pública;~~

~~III - não causarem dano às árvores, aparelhos de iluminação e redes telegráficas e de distribuição de energia elétrica.~~

~~Parágrafo Único. O andaime deverá ser retirado quando ocorrer a paralisação da obra por mais de 60 (sessenta) dias. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 304 - ~~Todo aquele que, a TÍTULO precário, ocupar logradouro público, nele fixando barracas ou similares, ficará obrigado a prestar caução, quando da concessão da autorização respectiva, em valor que será arbitrado pela autoridade competente, destinada a garantir a boa conservação ou restauração do logradouro.~~

~~§ 1º - Não será exigida caução para localização de bancas de jornais e revistas e barracas de feiras-livres, ou quaisquer outras instalações que não impliquem em escavação do passeio ou da pavimentação.~~

~~§ 2º - Findo o período de utilização do logradouro, e verificado pelo órgão competente da Prefeitura que se encontra nas condições anteriores à ocupação, o interessado poderá requerer o levantamento da caução.~~

~~§ 3º - O não levantamento da caução, no prazo de 5 (cinco) anos, a partir da data em que poderia ser requerido, importará na sua perda em benefício do Município. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Art. 305 - ~~Na infração de dispositivos deste CAPÍTULO será imposta a multa de 20% (vinte por cento) a 60% (sessenta por cento) do valor do salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Capítulo XIII DAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

Art. 306 - Os materiais a serem empregados nas instalações elétricas deverão obedecer às especificações das normas correspondentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas e às especificações da empresa concessionária dos serviços de distribuição de energia elétrica no município de Blumenau.

Art. 307 - As instalações elétricas só poderão ser projetadas e executadas por técnicos legalmente habilitados, através de carteira profissional e de registro no CREA.

Art. 308 - As instalações elétricas com motores, transformadores, cabos condutores, deverão ser protegidas de modo a evitar qualquer acidente.

Art. 309 - Quando as instalações elétricas forem de alta tensão, deverão ser tomadas medidas especiais, como isolamentos dos locais, quando necessário, e afixação de indicações bem visíveis e claras chamando a atenção das pessoas para o perigo a que se acham expostas.

Art. 310 - As instalações elétricas só poderão funcionar quando tiverem dispositivos capazes de eliminar ou de reduzir ao máximo as correntes parasitas ou induzidas, as oscilações de alta frequência, as chispas e ruídos prejudiciais aos aparelhos de rádio e de televisão.

Art. 311 - Os cinemas e teatros com lotação superior a 500 (quinhentas) pessoas deverão ser providos, depois do medidor geral, de 3 (três) instalações de iluminação independentes:

I - iluminação de cena, constituída pelas luzes de palco e platéia, comandadas segundo as conveniências da representação;

II - iluminação permanente, abrangendo as luzes conservadas acesas durante todo o período de funcionamento do estabelecimento, nas portas de saída, corredores, passagens, escadas, sanitários e

outros compartimentos;

III - iluminação de socorro, contendo unicamente as luzes de emergência e lâmpadas indicativas da "SAÍDA", iluminando passagens, escadas e semelhantes.

Parágrafo Único. Os cinemas e teatros deverão possuir uma bateria de acumulação ferro-níquel ou similar, permanentemente carregada, ligada a um relê que, automaticamente, faça alimentar a iluminação de emergência, ao caso de faltar alimentação externa para a mesma.

Art. 312 - As instalações elétricas para iluminações decorativas permanentes, que empreguem lâmpadas incandescentes ou tubos luminescentes em cartazes, anúncios e emblemas de qualquer natureza, deverão observar as prescrições especiais da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

§ 1º - A montagem de lâmpadas e de outros pertences em cartazes, anúncios, luminosos e semelhantes, deverá ser feita sobre estrutura metálica ou base incombustível isolante, eficientemente protegida contra corrosão e perfeitamente ligada à terra.

§ 2º - Os circuitos deverão ser feitos em eletrodutos.

§ 3º - Quando os eletrodutos forem localizados na parte externa dos edifícios, os condutores no seu interior deverão possuir encapamento de material isolante.

§ 4º - Qualquer que seja a sua carga, toda iluminação decorativa permanente deverá ser alimentada por circuitos especiais, com chaves de segurança montadas em quadro próprio, em local de fácil acesso.

§ 5º - Quando não forem instaladas em compartimentos especiais, os aparelhos destinados a produzir diversos efeitos de mutações em cartazes, anúncios ou emblemas, deverão ser protegidos por caixas de ferro, devidamente ventiladas e ligadas à terra.

Art. 313 - Nas iluminações decorativas temporárias, poderá ser consentido o emprego de bases de madeira para montagem de receptores de lâmpadas, tomadas de correntes ou interruptores.

Art. 314 - Para anúncios ou quaisquer outros fins decorativos as instalações com tubos de gás rarefeito e que funcionarem a alta tensão, deverão observar os seguintes requisitos:

I - possuírem uma placa legível ao público, com o nome e endereço ou telefone da firma instaladora ou responsável;

II - terem condutores de alta tensão dispostos de forma a impedir contato accidental de qualquer pessoa com os mesmos;

III - ficarem a uma altura mínima de 3 metros (três metros) acima do passeio;

IV - ficarem a uma distância mínima de 1m (um metro) de janela, aberturas ou lugares de acesso;

V - terem condutores de alta tensão com diâmetro igual ou superior a 0,5mm;

VI - assegurarem que os condutores de alta tensão não ultrapassem a corrente máxima permitida de 30 (trinta) mil ampères;

VII - terem os condutores de alimentação com encapamento de material isolante;

VIII - possuírem transformadores com a carcaça ligada à terra, bem como colocadas em lugar inacessível e o mais próximo possível das lâmpadas;

IX - terem pára-raios instalados aos transformadores, constituídos de dois condutores ligados aos dois bornes de alta tensão do transformador e cujas extremidades distem entre si de 1,50cm (um e meio) a 2cm (dois) centímetros.

Parágrafo Único. Quando a instalação for feita em vitrinas só poderão ser executados após a aprovação do respectivo projeto pelo órgão competente da Prefeitura.

Art. 315 - As instalações a que se refere o artigo anterior só poderão ser executadas após a aprovação do respectivo projeto pelo órgão competente da Prefeitura.

Parágrafo Único. O projeto das instalações deverá conter a vista principal e projeções sobre um plano perpendicular à mesma, constando em ambas a situação do anúncio em relação à fachada e a indicação da distância do anúncio para lugares de acesso, passeio e abertura da fachada.

~~**Art. 316 -** Na infração de dispositivos deste capítulo será imposta a multa correspondente de 30% (trinta por cento) a 50% (cinquenta por cento) do valor do salário-mínimo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

TÍTULO V DO FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DA INDÚSTRIA

Capítulo I DO LICENCIAMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS E COMERCIAIS PRESTADORES DE SERVIÇO.

Art. 317 - Nenhum estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço poderá funcionar sem prévia licença da Prefeitura a qual só será concedida se observadas as disposições deste Código e as demais normas legais e regulamentares pertinentes.

Parágrafo Único. O requerimento deverá especificar com clareza:

I - o ramo do comércio ou da indústria, ou o tipo de serviço a ser prestado;

II - o local em que o requerente pretende exercer sua atividade.

Art. 318 - Não será concedida licença, dentro do perímetro urbano, aos estabelecimentos industriais que pela natureza dos produtos, pelas matérias-primas utilizadas, pelos combustíveis empregados, ou por qualquer outro motivo possam prejudicar a saúde pública.

Art. 319 - A licença para o funcionamento de açougues e padarias, confeitarias, leiterias, cafés, bares, restaurantes, hotéis, pensões e outros estabelecimentos congêneres, será sempre precedida de aprovação da autoridade sanitária competente.

Art. 320 - Para ser concedida licença de funcionamento pela Prefeitura, o prédio e as instalações de todo e qualquer estabelecimento comercial, industrial ou prestador de serviço deverão ser previamente vistoriados pelos órgãos competentes, em particular no que diz respeito às condições de higiene e segurança, qualquer que seja o ramo de atividade a que se destina.

§ 1º - O alvará de licença só poderá ser concedido após informações, pelos órgãos competentes da Prefeitura, de que o estabelecimento atende às exigências estabelecidas neste Código. [\(Parágrafo único\)](#)

transformado em § 1º pela Lei Complementar nº 242/1999)

~~§ 2º - Para edificações com mais de 120,00m² (cento e vinte metros quadrados) de área construída, após o quinto ano da expedição do HABITE-SE será exigida a apresentação de laudo de vistoria técnica que ateste a segurança e estabilidade da construção. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 242/1999)~~

§ 2º - Para edificações com mais de 750,00m² (setecentos e cinquenta metros quadrados) de área construída ou com número de pavimentos superior a três, a cada cinco anos, após a expedição do HABITE-SE, deverão apresentar ao órgão competente, para renovação de licença de funcionamento:

I - laudo de vistoria técnica que ateste a segurança e estabilidade da construção, conforme Anexo I, firmado por profissional competente, acompanhado da respectiva ART;

II - laudo de vistoria técnica que atesta a operacionalidade do sistema preventivo de incêndio firmado pelo Corpo de Bombeiros. (Redação dada pela Lei Complementar nº 573/2006)

~~§ 3º - O laudo de vistoria técnica deverá ser renovado a cada 5 (cinco) anos para edificações com menos de 20 (vinte) anos, e para construções acima desta idade a periodicidade será de 3 (três) anos. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 242/1999)~~

§ 3º - Estarão, também, obrigadas a apresentação dos laudos de vistorias mencionados no § 2º deste artigo, as edificações que não sejam unifamiliares. (Redação dada pela Lei Complementar nº 573/2006)

§ 4º - O Poder Público Municipal, a critério do órgão competente, poderá solicitar, a qualquer momento, a apresentação dos laudos a que se refere o §2º deste artigo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 573/2006)

~~§ 5º - Nos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e nos órgãos públicos, descritos neste parágrafo, que vierem a ser construídos, o alvará de licença só poderá ser concedido após a instalação de fraldário, para uso das pessoas necessitadas em geral, que deverá ser construído fora dos banheiros e no interior das seguintes dependências: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 796/2011)~~

§ 5º Nos estabelecimentos comerciais de prestação de serviços e nos órgãos públicos descritos neste parágrafo, o alvará de licença só poderá ser concedido após a instalação de fraldário, para uso das pessoas necessitadas em geral, que deverá ser instalado fora dos banheiros, em local irrestrito ao sexo masculino ou ao feminino, no interior das seguintes dependências: (Redação dada pela Lei Complementar nº 1070/2016)

I - shopping centers, centros comerciais, hipermercados e casas de festas; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 796/2011)

II - restaurantes, pizzarias, churrascarias, cafeterias, cantinas e estabelecimentos semelhantes, com área construída superior a 500 m² (quinhentos metros quadrados); (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 796/2011)

~~III - prédios forenses e de justiça, terminais rodoviários, hospitais e unidades de saúde. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 796/2011)~~

III - prédios forenses e de justiça, terminais rodoviários intermunicipais e urbanos, hospitais e unidades de saúde. (Redação dada pela Lei Complementar nº 941/2014)

§ 6º - O fraldário, de que trata o § 5º deste artigo, como exigência de bem-estar e para fiscalização pública, deverá ser mantido em boas condições de higiene e conter:

- a) bancada e/ou equipamento apropriado para troca de fraldas;
- b) lavatório;
- c) recipiente exclusivo para acondicionamento de dejetos orgânicos e fraldas usadas. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 796/2011)

§ 7º - Para casas lotéricas que se estabelecerem a partir do nonagésimo dia de vigência deste parágrafo, o alvará de licença só poderá ser concedido após a instalação de, no mínimo, 10 (dez) cadeiras, fixadas no piso, para uso de idosos, gestantes e deficientes físicos à espera de atendimento. (Redação dada pela Lei Complementar nº 799/2011 e renumerado pela Lei Complementar nº 819/2011)

§ 8º - Em todas as piscinas de uso coletivo é obrigatória a instalação, em perfeitas condições de funcionamento, dos seguintes dispositivos de segurança para evitar acidentes por sucção: (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 984/2015)

I - tampas antiaprisionamento nos ralos de sucção; (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 984/2015)

II - sistema de desligamento automático da bomba da piscina no caso de obstrução ou bloqueio do ralo. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 984/2015)

III - botão de parada de emergência conectado à bomba (botoeira), acessível a todos e acionado manualmente, que desliga de imediato a motobomba da piscina. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1161/2017)

§ 9º - No local onde está localizada a piscina de uso coletivo deve ser afixada placa com informação aos usuários sobre a existência dos dispositivos de segurança. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 984/2015)

Art. 321 - Para efeito de fiscalização, o proprietário do estabelecimento licenciado colocará o alvará de localização em lugar visível e o exibirá à autoridade competente sempre que esta o exigir.

Art. 322 - Para mudança de local de estabelecimento comercial ou industrial deverá ser solicitada a necessária permissão à Prefeitura, que verificará se o novo local satisfaz às condições exigidas.

Art. 323 - A licença de localização poderá ser cassada:

I - quando se tratar de negócio diferente do requerido;

II - como medida preventiva, a bem da higiene, da moral ou do sossego e segurança pública;

III - se o licenciado se negar a exibir o alvará de localização à autoridade competente, quando solicitado a fazê-lo;

IV - por solicitação da autoridade competente, provados os motivos que fundamentarem a solicitação.

V - quando o estabelecimento for controlado por pessoa física ou por pessoa jurídica, inscrita no Cadastro de Empregadores, que tenha submetido trabalhador à condição análoga a de escravo, apurada e tornada pública pelo Serviço de Inspeção do Trabalho exercido pela União. (Redação acrescida pela Lei Complementar nº 1141/2017)

§ 1º - Cassada a licença, o estabelecimento será imediatamente fechado.

§ 2º - Poderá ser igualmente fechado todo o estabelecimento que exercer atividades sem a necessária licença expedida em conformidade com o que preceitua este CAPÍTULO.

Art. 324 - Aplica-se o disposto neste CAPÍTULO ao comércio de alimentos preparados e de refrigerantes quando realizado em quiosques, vagões, vagonetes quando montados em veículos automotores ou por estes tracionáveis.

Art. 325 - É vedado o estacionamento desses veículos ou de seus componentes em vias e logradouros públicos do Município.

Art. 326 - O pedido de licença para localização do tipo de comércio de que trata o artigo 324 deverá ser instruído com prova de propriedade do terreno onde irá se localizar ou documento hábil que demonstre estar o interessado autorizado pelo proprietário a estacionar em seu terreno, bem como os documentos enumerados nos itens I, II, III, e IV do artigo 331 deste Código.

Art. 327 - A licença para os casos previstos no artigo 324 só poderá ser concedida se observado o disposto no artigo 333 deste Código e não poderá exceder o prazo de 6 (seis) meses, renovável ou não.

Capítulo II DO COMÉRCIO AMBULANTE

~~**Art. 328 -** O exercício do comércio ambulante dependerá sempre de licença especial da Prefeitura, mediante requerimento do interessado:~~

~~§ 1º - A licença a que se refere o presente artigo será concedida em conformidade com as prescrições deste Código e da legislação fiscal deste Município:~~

~~§ 2º - A licença do vendedor ambulante será concedida exclusivamente a quem exercer o mister, sendo pessoal e intransferível: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 329 -** Todo aquele que pretender comerciar como ambulante transportador fica obrigado a inscrever-se no Cadastro Fiscal antes do início de suas atividades: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 330 -** O pedido de inscrição será feito em impresso próprio fornecido pelo órgão competente da Prefeitura, contendo, entre outros, os seguintes elementos:~~

~~I - no caso de ambulante:~~

- ~~a) nome, residência e identidade;~~
- ~~b) espécie de mercadoria colocada à venda;~~
- ~~c) data do início da atividade;~~
- ~~d) especificação do meio de transporte;~~
- ~~e) logradouros pretendidos;~~

~~II - no caso de ambulante transportador:~~

- ~~a) nome, residência e identidade;~~
- ~~b) espécie de mercadoria colocada à venda;~~
- ~~c) características e prova de licenciamento do veículo;~~
- ~~d) prova de propriedade do veículo ou autorização do proprietário para seu uso: (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~**Art. 331 -** O pedido de inscrição deve ser instruído com os seguintes documentos:~~

~~I - carteira de saúde;~~

~~II - prova de identificação;~~

~~III - certificado de propriedade e comprovante de licenciamento do veículo, quando for o caso;~~

~~IV - alvará sanitário expedido pela autoridade competente:~~

~~§ 1º - Os ambulantes licenciados são obrigados a exibir à fiscalização municipal a licença da Prefeitura, quando solicitado.~~

~~§ 2º - O vendedor ambulante não licenciado para o exercício ou período em que esteja exercendo a atividade ficará sujeito à apreensão das mercadorias encontradas em seu poder.~~

~~§ 3º - A devolução das mercadorias apreendidas só será efetuada depois de ser concedida a licença ao respectivo vendedor ambulante e de paga, pelo mesmo, a multa a que estiver sujeito.~~

~~§ 4º - A licença será renovada anualmente por solicitação do interessado, exigindo-se, no ato, nova apresentação dos documentos mencionados neste artigo. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 332 - Os ambulantes não poderão fixar-se ou estacionar nas vias públicas, ou qualquer outro lugar de servidão pública, senão o tempo necessário ao ato da venda.~~

~~Parágrafo Único. Por tempo necessário ao ato da venda entende-se aquele consumido com a entrega da mercadoria e conseqüente pagamento. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 333 - Os vendedores de alimentos preparados não poderão estacionar, ainda que para efetuar a venda, nas proximidades de locais em que seja fácil a contaminação dos produtos expostos à venda ou em pontos vedados pela saúde pública. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 334 - Os vendedores ambulantes de gêneros alimentícios deverão:~~

~~a) usar vestuário adequado, mantendo-se em rigoroso asseio;~~

~~b) velar para que os gêneros não estejam deteriorados, nem contaminados e apresentem perfeitas condições de higiene. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 335 - A venda de sorvetes, refrescos, artigos alimentícios prontos para imediata ingestão, só será permitida em carrocinhas, cestos ou receptáculos fechados, excetuados as balas, bombons, biscoitos e similares empacotados ou em embalagem de fabricação, cuja venda seja permitida em caixas ou cestas abertas. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 336 - Os comerciantes ambulantes, de quaisquer gêneros ou artigos que demandem pesagem ou medição, deverão ter aferidas as balanças, peses e medidas em uso. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 337 - Ao ambulante é vedado:~~

~~I - O comércio de qualquer mercadoria ou objeto não mencionado na licença;~~

~~II - a venda de bebidas alcoólicas;~~

~~III - a venda de armas e munições;~~

~~IV - a venda de medicamentos ou quaisquer outros produtos farmacêuticos;~~

~~V - a venda de aparelhos eletrodomésticos;~~

~~VI - a venda de quaisquer gêneros ou objetos que, a juízo do órgão competente, sejam julgados inconvenientes ou possam oferecer dano à coletividade. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 338 - As carrocinhas de pipocas, sorvetes e outros produtos só poderão estacionar à distância mínima de 5 m (cinco metros) das esquinas. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

~~Art. 339 - Na infração a qualquer artigo deste CAPÍTULO será imposta multa de 10% (dez por cento) a 25% (vinte e cinco por cento) do valor do salário mínimo da região, e apreensão da mercadoria, quando for o caso. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

Capítulo III DO HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

~~Art. 340 - A abertura e o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais, tanto atacadistas~~

como varejistas, obedecerão ao seguinte horário, observados os preceitos da legislação federal que regula o contrato de duração e as condições de trabalho:

I – para a indústria, de modo geral, o horário é livre;

II – para o comércio de modo geral:

a) abertura às 7 (sete) horas e fechamento às 21 (vinte e uma) horas;

b) abertura às 7 (sete) horas e fechamento às 12 (doze) horas aos sábados;

III – nos domingos e feriados nacionais os estabelecimentos permanecerão fechados, bem como nos feriados locais, decretados pela autoridade competente.

§ 1º – Ficam sujeitos ao horário fixado neste artigo, os escritórios comerciais em geral, as seções de vendas dos estabelecimentos industriais ou depósitos de mercadorias e tudo mais que embora sem caráter de estabelecimento, seja mantido para fins comerciais.

§ 2º – O Prefeito poderá prorrogar o horário dos estabelecimentos comerciais até as 22 (vinte e duas) horas no mês de dezembro, nas vésperas de dias festivos e durante o período de maior afluência turística. (Revogado pela Lei nº 3775/1990)

Art. 341 – Em qualquer dia será permitido o funcionamento sem restrição de horário, dos estabelecimentos que se dediquem às seguintes atividades:

I – imprensa de jornais;

II – distribuição de leite;

III – frio industrial;

IV – produção e distribuição de energia elétrica;

V – serviço telefônico;

VI – distribuição de gás;

VII – serviço de transporte coletivo;

VIII – agência de passagens;

IX – postos de gasolina, lavagem, lubrificação e borracheiros;

X – despacho de empresa de transportes de produtos perecíveis;

XI – purificação e distribuição de água;

XII – hospitais, casas de saúde e postos de serviços médicos;

XIII – hotéis e pensões;

XIV – agências funerárias;

XV – farmácias e drogarias;

XVI – indústrias cujo processo seja contínuo e ininterrupto. (Revogado pela Lei nº 3775/1990)

Art. 342 – Poderá ser concedida licença para funcionamento de estabelecimentos comerciais, industriais e de prestação de serviços fora do horário normal de abertura e fechamento, mediante o pagamento de uma taxa de licença especial de que dispõe a legislação tributária do Município. (Revogado pela Lei nº 3775/1990)

Art. 343 – Por motivo de conveniência pública poderão funcionar em horário especial os seguintes estabelecimentos:

I – bares, botequins, cafés, leiterias, lanchonetes, restaurantes, charutarias, bilhares, padarias, confeitarias;

– das 5 às 24 horas, inclusive nos domingos e feriados;

II – quitandas, açougues, peixarias, mercados, supermercados, mercadinhos, armazéns, mercearias, agências de aluguel de automóveis ou bicicletas, casas de flores e coroas, casas de frutas, legumes, verduras, aves e ovos, laticínios e varejo:

a) nos dias úteis – das 7 às 21 horas;

b) nos domingos e feriados – das 7 às 13 horas;

III – barbeiros, cabeleireiros, engraxates, salões de beleza, manicures, massagistas:

a) nos dias úteis – das 7 às 21 horas;

b) nos domingos e feriados – das 7 às 13 horas;

IV – distribuidores e vendedores de jornais e revistas, das 6 às 22 horas.

§ 1º – A juízo do Prefeito poderão, ainda, ser concedidas licenças especiais de que trata este artigo a

~~estabelecimentos e atividades cujo funcionamento ou desempenho fora do horário normal seja de interesse público.~~

~~§ 2º - Para funcionamento de estabelecimentos de mais de um ramo de comércio, será observado o horário de terminado para a espécie principal. (Revogado pela Lei nº 3775/1990)~~

~~Art. 344 - O Prefeito fixará, mediante decreto, o plantão de farmácias nos dias úteis, sábados, domingos e feriados.~~

~~§ 1º - O regime obrigatório de plantão semanal das farmácias obedecerá rigorosamente às escalas fixadas por Decreto do Prefeito, consultados os proprietários de farmácias e drogarias locais.~~

~~§ 2º - As farmácias e drogarias ficam obrigadas a afixar em suas portas, na parte externa e em local bem visível, placas indicadoras das que estiverem de plantão, em que conste o nome e o endereço das mesmas.~~

~~§ 3º - Mesmo quando fechadas as farmácias e drogarias, poderão, em caso de urgência, atender ao público a qualquer hora do dia e da noite. (Revogado pela Lei nº 3775/1990)~~

~~Art. 345 - É proibido, fora do horário normal de funcionamento dos estabelecimentos comerciais e industriais:~~

~~I - praticar ato de compra e venda;~~

~~II - manter abertas ou semicerradas as portas do estabelecimento, ainda quando dêem acesso ao interior do prédio e este sirva de residência ao responsável;~~

~~III - vedar por qualquer meio, a visibilidade do interior do estabelecimento quando este estiver fechado por porta envidraçada.~~

~~Parágrafo Único. Não constitui infração a abertura do estabelecimento para lavagem ou limpeza, ou quando o responsável não tendo outro meio de se comunicar com a rua, conservar uma das portas de entrada aberta para efeito de recebimento de mercadorias, durante o tempo estritamente necessário à efetivação do mencionado ato. (Revogado pela Lei nº 3775/1990)~~

~~Art. 346 - As infrações resultantes do não cumprimento das disposições deste CAPÍTULO serão punidas com multa correspondente a de 30% (trinta por cento) a 1 (uma) vez o valor do salário-mínimo da região. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

TÍTULO VI

DOS ESTABELECIMENTOS AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS E COMERCIAIS, LOCALIZADOS NA ZONA RURAL.

~~Art. 347 -~~ Aplicam-se no que couberem, aos estabelecimentos agrícolas, industriais e comerciais localizados na zona rural do Município as prescrições contidas neste Código em geral e em especial o disposto neste TÍTULO.

~~Art. 348 -~~ Os depósitos de ferro velho quando localizados à beira das estradas somente serão autorizados a funcionar, desde que murados ou possuam cerca viva, impedindo a visão dos parques de armazenamento de ferro velho. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 349 -~~ As atividades agrícolas e industriais, quer de fabricação ou beneficiamento, não poderão lançar diretamente, nos cursos de água, materiais e águas servidas que possam causar a poluição ambiental. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~Art. 350 -~~ Os resíduos industriais e agrícolas só poderão ser lançados nos cursos de água desde que apresentem as seguintes características, verificadas mediante testes e provas de laboratório:

~~I - oxigênio dissolvido - igual ao do curso de água;~~

~~II - demanda bioquímica de oxigênio igual ao do curso de água;~~

~~III - sais minerais dissolvidos em suspensão ou precipitados, nas mesmas condições e proporção em que~~

~~os contiver o curso de água in natura.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 351 - Os agricultores e proprietários marginais são obrigados a se abster da prática de atos que prejudiquem ou embarcem o regime e o curso das águas, ressalvados os casos previstos na legislação específica.

§ 1º - A infração do disposto neste artigo obriga os infratores a removerem os obstáculos produzidos.

~~§ 2º - Se intimados, os infratores não cumprirem a obrigação de remover os obstáculos, a remoção será feita pela Prefeitura Municipal, cobrando-se dos impostos as despesas realizadas, acrescidas de multa de 2 (duas) vezes o salário-mínimo.~~

§ 2º - Se o infrator, no prazo estipulado no Auto de Infração, não remover os obstáculos, a remoção será feita pelo Município, às expensas do infrator, que ficará sujeito, além da multa prevista, ao pagamento do serviço, acrescido de juros e correção monetária até a data da efetiva quitação. (Redação dada pela Lei Complementar nº 523/2005)

~~**Art. 352 -** Na infração dos dispositivos contidos nesse TÍTULO serão aplicadas as penalidades previstas no artigo 74, I e II deste Código, além das previstas nos parágrafos 1º e 2º do artigo 351. (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)~~

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES FINAIS

~~**Art. 353 -** Para efeito deste Código, salário mínimo é o vigente no Município, na data em que a multa for aplicada.~~ (Revogado pela Lei Complementar nº 523/2005)

Art. 354 - Ficam revogados os artigos 32 a 36; 43 a 55; 93 a 99; 290 a 335; 383 a 396; 458 a 481; 512 a 564; 588 a 596; e seus parágrafos; da Lei nº 37 de 12 de novembro de 1948; a Lei nº 853 de 9 de novembro de 1958; o Decreto nº 386 de 2 de março de 1961; o Decreto nº 527 de 28 de janeiro de 1965 e demais disposições em contrário.

Art. 355 - Este Código entrará em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 25 de novembro de 1974.

FELIX CHRISTIANO THEISS
Prefeito Municipal

Esse conteúdo não substitui o publicado no Diário Oficial do Município.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 27/04/2020